

AGOSTO 1937



N.ºs 71-72

ANO SEXTO

JANEIRO-FEVEREIRO-1937

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

LITERATURA COLONIAL

Edições da Livraria Popular de Francisco Franco

**Acaba
de sair**



O Velo d'Oiro

Romance de Henrique Galvão

3.^a edição, de luxo, ilustrada por Eduardo Malta

Sol dos Trópicos

Novo romance de Henrique Galvão

Da vida e da morte dos bichos

*2.^a edição do 1.^o volume (Elefantes e Rinocerontes)
ilustrada e popular*

Da vida e da morte dos bichos

2.^o volume

Pedidos à LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO
TRAV. DE S. DOMINGOS, 14-18 - LISBOA

DEPÓSITO LEGAL

9



Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

<p>FUNDADOR HENRIQUE GALVÃO</p> <p>DIRECTOR, ADMINISTRADOR E EDITOR ANTÓNIO MURALHA</p> <p>SECRETÁRIO DA REDACÇÃO F. ALVES DE AZEVEDO</p>	<p>SEDE RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º End. Telefónico: MINERVA Telefone 24253 PROPRIEDADE DA EMPRESA PORTUGAL COLONIAL NÚMEROS 71-72</p>	<p>PREÇO AVULSO</p> <p>Metrópole..... 3500 Colónias..... 4500 (ASSINATURAS)</p> <p>Metrópole (6 meses)... 18500 Colónias (6 meses)... 24500</p> <hr/> <p>COMPOSTO E IMPRESSO OTTOSGRÁFICA LIMITADA Conde Barão, 50 — LISBOA</p>
--	---	---



SUMARIO

MAIS UM ANIVERSÁRIO.....	<i>A Redacção</i>
UMA NOTA OFICIOSA DE SALAZAR SÓBRE ANGOLA	***
AS RELAÇÕES COMERCIAIS DA UNIÃO SUL AFRICANA COM MOÇAMBIQUE.....	<i>Coronel Lopes Galvão</i>
O ANO COLONIAL	<i>Mimoso Moreira</i>
UMA REALIDADE IMPERIAL—ESTÁ ESTABELECID A LIGAÇÃO RADIOFÓNICA ENTRE A METRÓPOLE E TÓDAS AS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO.....	***
A PROPÓSITO DE ALGODÃO COLONIAL.....	<i>José Bensaúde</i>
EMPRÊGO DOS COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA.....	<i>Engenheiro Fernando Mouta</i>
PÁGINA LITERÁRIA—LONGE.....	<i>Salinas de Moura</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	*** e <i>Henrique Galvão</i>
LIVROS E PUBLICAÇÕES.....	***
NO ESTRANGEIRO	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
ESTATÍSTICA	***

MAIS UM ANIVERSÁRIO



COMPLETA com este número mais um ano de publicação regular a revista Portugal Colonial.

É hoje, não só a mais antiga de entre as publicações coloniais do género, como também a que tem conseguido mais longa vida.

Sem interrupções—

a-pesar-das suas dificuldades de toda a ordem—tem cumprido rigorosamente o programa de acção que expôs no seu primeiro número em Março de 1931:

«Contribuir, na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realizá-las, para o restabelecimento de um sentido colonial, que não pode ser prerrogativa de um grupo sem unidade, mas que tem de ser bússola e facho de quantos são alumiaados pelo sol do Império Português.

«Para tanto procurará, longe da política inferior e de todos os interesses ilegítimos, fazer a propaganda das nossas colónias, pugnar pela formação de uma hierarquia de valores, animar as gerações novas em que é preciso recrutar urgentemente élites coloniais, agitar e estudar os problemas que interessam às colónias, acolher e orientar todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decidi-

das. Finalmente: procurará prestar ao país, cujas forças morais é preciso levantar, o serviço de o convencer de que na coordenação da política económica das colónias, com a política económica da metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar — e mais ainda — da nossa missão imperial».

Ao cabo de seis anos de actividade—no limiar de um sétimo ano de vida — podemos dizer com legítimo orgulho e desvanecimento que a Portugal Colonial se tem mantido intransigentemente dentro dos limites do programa que traçou.

Todos os grandes problemas coloniais destes últimos seis anos aqui foram agitados e estudados—e nenhum resvalou para terrenos escuros de interesse pessoal. Não alimentamos campanhas nem servimos ódios. Não fizemos crítica destrutiva nem publicidade suspeita—e também não concedemos a ninguém, adjectivos a esmo para satisfazer desejos de imoderados de publicidade pessoal.

Em todas as circunstâncias fomos objectivos e construtivos.

Na Portugal Colonial, não só colaboraram os melhores nomes do colonialismo português, como também os novos, sempre que se apresentaram com correcção e vontade de vencer. A Portugal Colonial revelou alguns valores — e deu a muitos colonialistas moços a única possibilidade que tiveram de afirmar o seu valor.

Esta foi a obra realizada em seis anos — o nosso modesto tributo para o bem comum.

E mesmo que outros ou alguém venham a destruir o que quisemos construir, nem por isso o que já se fez deixará de ter marcado a sua posição.

A REDACÇÃO

Uma nota oficiosa de Salazar

SÔBRE ANGOLA

AS pretensões coloniais da Alemanha têm dado origem, na imprensa internacional e em certos meios da intriga europeia, aos boatos mais absurdos. E como nesta época de confusão e incertezas, de falta de palavra e de falta de carácter, todos os boatos encontram, mais ou menos, ambiente propício para o seu desenvolvimento, é necessário de quando em quando desmascará-los. Não pelo valor do que propalam — mas sim pelos objectivos que visam.

Angola tem sido, nos últimos tempos, um alvo desses boatos.

No fundo a questão é simples:

A Alemanha quer as suas antigas colónias.

Os países que as administram querem que ela pense noutras.

E vá de tentar formar, pelo boato, um ambiente para soluções escuras em que só perderiam exactamente aqueles que nada têm que ver com as pretensões coloniais da Alemanha.

O Chefe do Governo português pôs a questão luminosamente como de costume.

Alguns dias depois o chanceler Hitler, discursando em Berlim, acrescentava que realmente a questão colonial, para a Alemanha, é a *questão das suas antigas colónias*.

Transcrevemos na íntegra o notável documento de Salazar — em volta de quem não há um português que não aplauda e confirme as suas palavras.

Nota oficiosa da Presidência do Conselho

Passadas poucas semanas sobre uma arremetida, nova tempestade de boatos se desencadeou acerca das colónias portuguesas. Gerou-se em Basileia como a anterior, correu as capitais da Europa e deu a volta ao mundo porque a sentimos na América do Sul e na



DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR

África. Como havíamos desmentido a venda, aparece a atoarda agora sobre a forma de arrendamento e com notáveis pormenores: contrato por 99 anos que deixava intacta a soberania portuguesa, citam-se as firmas alemãs interessadas e os trabalhos que vão empreender; intensificar-se-á a produção de Angola para pagar o armamento adquirido para o Exército; o Chanceler no seu discurso de 30 do

corrente dará mesmo público conhecimento do acôrdo realizado. O jornalista de Basileia interrogado acêrca da notícia garantiu a sua «rígida exatidão», pois a tinha da melhor fonte; em certos meios diplomáticos e políticos já certamente informados, tomaram-se atitudes confirmativas; e jornais ingleses, com o sentido apurado da precisão, escreveram que Portugal já tinha desmentido a venda de colónias, mas o arrendamento, a longo prazo, era negócio, quere dizer, podia ser considerado. No meio de tudo, o Governo Português absolutamente ignorante de tal acôrdo.

Por ordem de Lisboa os nossos Ministros no Estrangeiro tinham desmentido da primeira vez e desmentiram também desta, embora convicta a nossa chancelaria da inutilidade de tais declarações. Para a hipótese de novos desmentidos, tem de pensar-se que muitos governos, pelo menos em casos que não lhes interessem, se encontram perante a existência legal da liberdade de imprensa, e é de certo modo desprimoroso para os representantes de Portugal verem levantar-se por sistema em face dos seus desmentidos categóricos acêrca de negócios coloniais, as insistências de jornais que se julgam mais entendidos no assunto que o Governo Português. De mais há sempre processo de salvar uma tal ou qual delicadeza protocolar: como desmentimos o arrendamento de Angola a 99 anos, entende-se que não fica desmentido o arrendamento a 98 anos e 11 meses.



A insistência destas campanhas e a ineficácia dos nossos esforços para lhes pôr termo, não tenho conseguido mais que curtos dias de repouso entre ataques sucessivos, revelam a existência de causas de actuação permanente: uma, podem ser negócios entabulados ou em execução, concessões, contratos que adulterados, pervertidos, engrossados por imaginações delirantes dariam origem a essas ideias de mais vastos arranjos coloniais; outra, podem ser as combinações confusas e mal definidas de interesses políticos que neste momento dividem a Europa, têm nos espíritos receosos e doentes campo para a fácil aceitação de cousas absurdas e são hábilmente dirigidas, por meio da mesma perturbação que provocam, a certos resultados internacionais.

A primeira causa não existe ou não poderiam os factos reais levar a tais deduções, visto esses factos serem correntes nas relações

económicas da Alemanha com os vários Estados, representarem em Portugal muito menor valor que em muitos outros e não poderem ter pelo seu objecto ou circunstâncias nenhum significado especial. É sabido que a política comercial alemã se baseia no princípio da compensação, recusando-se ela em geral a comprar mais do que vende e consentindo em certos casos a comprar a contra-partida do que vende. Conseguindo pelos tratados de comércio o equilíbrio da balança ou o saldo positivo em relação a determinado país, o Governo alemão consente à margem dos contingentes fixados, contratos de compensação directa entre firmas de uma e outra nação, contratos que, aliás, já gozam de pequeno favor por poderem perturbar a orientação imposta à economia do Reich. Por este motivo e porque não estamos em Portugal organizados para trabalhar nessa base, os negócios de compensação directa têm representado uma pequeníssima parte da actividade comercial, e os únicos importantes que parece terem sido feitos para troca de produtos industriais alemães por matérias primas coloniais, queixaram-se os interessados alemães ao Governo Português de que não foram cumpridos. Mas se o fôsse ou o tivessem sido, nada de extraordinário se poderia ver aí.

Como somos um país de liberdade comercial e não temos contingentes de importação, nem mesmo em relação aos países que os mantêm contra nós, a balança comercial é favorável à Alemanha, funcionando portanto o «clearing» existente apenas como processo de liquidação e não como limitativo das importações alemãs em Portugal.

Mas em relação à Alemanha, como em relação à Itália e à França, por exemplo, o Governo Português não poderia admitir a possibilidade do agravamento indefinido da sua balança, sem procurar obter por meio de troca directa ou de contingentes suplementares, compensações totais ou parciais de importações mais avultadas, reclamando do Reich a possibilidade de exportar produtos manufacturados ou matérias primas metropolitanas ou coloniais de que, segundo é sabido, a Alemanha é um dos mais importantes mercados.

A-pesar disso deve dizer-se que o material de aviação comprado na Alemanha, como todo o material de guerra comprado ou ajustado na Inglaterra, na França, na Bélgica, na Suécia ou na Dinamarca tem sido pago exclusivamente em divisas. O que não prometemos é fazer sempre assim no futuro.

* Seja qual fôr o interesse que para os dois países tenham contratos de compensação; sejam quais forem as possibilidades das emprêsas alemãs de realizar grandes obras de fomento no continente ou nas colónias portuguesas onde têm trabalhado e trabalham ao lado de emprêsas dinamarquesas, holandesas, francezas, italianas ou espanholas; sejam quais forem as possibilidades económicas que cada um anteveja, sonhos que arquitecte e mesmo as responsabilidades passadas da Alemanha no tocante a projectos sôbre as colónias portuguesas de Africa, a verdade é que sôbre os factos presentes, ao alcance da observação de todos, não podem enxertar-se a cada passo as atoardas da sua venda ou arrendamento, tanto mais que se apresentam como exigindo o acôrdo do Govêrno Português.

Mais razoavelmente filiaríamos tais campanhas no actual estado político da Europa. Só não sei se com elas mais se pretende attingir Portugal, se combater a Alemanha.



Embora isso pese aos admiradores nacionais e estrangeiros do Estado Novo, há ainda por êsse mundo quem nos julgue crivados de dívidas, a hipotecar as últimas jóias, incapazes de trabalhar, de ordenar, de fazer progredir material e moralmente a Metrópole ou as colónias. O exagêro das nossas queixas, o hipercriticismo dos nossos homens da geração passada, o doentio dizer mal de alguns intellectuais têm alguma culpa; a ignorância alheia deve ficar com a responsabilidade do resto.

Não há muitos dias, a propósito do estabelecimento de alemãs por tôda a parte pondo em perigo as comunicações vitais das grandes potências, jornais de grande categoria confundiram as nossas ilhas adjacentes com colónias africanas e puseram o Generalíssimo Franco desembaraçadamente a dispôr, juntamente com as espanholas, das nossas bases atlânticas.

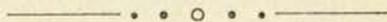
Em revista da maior responsabilidade, dos fins de Janeiro, o autor de um artigo com larga referência ao nosso arquipélago de Bijagoz «sabia poder afirmar» «de fonte segura» um certo número (não de intenções ou de estudos) de obras materiais de grande tomo que as nossas autoridades a viver nos locais indicados não foram ainda capazes de descobrir.

O desconhecimento das coisas portuguesas

está sem dúvida na base da expansão de notícias falsas e da credulidade geral; mas quem cria e alimenta os boatos é perfeitamente conhecedor das situações e dos problemas, e sabe como deve actuar. A situação de Portugal na península hispânica, a sua posição política e moral contra o comunismo, os seus vastos interesses e direitos coloniais, bem alicercados e definidos, a maneira como entende conduzir os seus destinos, dão-nos neste momento preciso relêvo entre as potências.

E não é que pretenciosamente nos ponhamos em bicos de pés para nos verem; outros se sentem obrigados a atribuir-nos importância real. E por isso alguns nos consideram importunos e incômodos, e nos acusam perante o mundo, e nos promoveram a revolta dos marujos, e nos presentearam com explosão de bombas, e maquinam incessantemente contra nós, e sem cessar nos agridem e levantam boatos sôbre as nossas colónias que, a traduzirem a verdade dos factos, só demonstrariam impotência ou insensibilidade patriótica.

Mas tudo é inútil. Alheios a todos os conluíos, não vendemos, não cedemos, nem arrendamos, não partilhamos as nossas colónias, com reserva ou sem ela de qualquer parcela de soberania nominal para satisfação dos nossos brios patrióticos. Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência dêsses textos, não no-lo permitirá a consciência nacional.



«Boletim Económico e Estatístico da Colónia de Moçambique»

Em série especial com o sub-título «Três épocas de Estatística», publicou a Repartição Central de Estatística da Colónia de Moçambique um trabalho notável do tenente sr. Mário Costa.

Se a Estatística de Moçambique é, com justa razão, considerada a mais bem organizada de tôdas as colónias, o sr. tenente Mário Costa é hoje, sem dúvida, a mais forte autoridade técnica de estatística que possuímos.

Estes dois factos dizem melhor do que quaisquer palavras do valor da obra que acabamos de receber.

As relações comerciais da União Sul Africana com Moçambique

PELO CORONEL LOPES GALVÃO

DURANTE os primeiros tempos da moderna colonização, os interesses de Moçambique andaram intimamente ligados aos interesses do Transvaal.

Os tratados com este país incluíam a cláusula da livre entrada dos produtos de Moçambique no país vizinho, dando-lhe Moçambique reciprocidade de tratamento.

Já o tratado de 1875, negociado entre a República da África Meridional (que assim se chamava a república boer do Transvaal) e Portugal, estipulava que os produtos de um país fivessem livre entrada no outro.

Convém relembrar os termos precisos de tal estipulação:

«Art. 3.º Os produtos do solo e da indústria das possessões portuguesas em Moçambique não estarão sujeitos a nenhum direito de entrada, ou de trânsito, no território da República da África Meridional e reciprocamente, os produtos do solo e da indústria desta República serão isentos de todos os direitos de entrada e de trânsito nas possessões portuguesas de Moçambique».

É curioso notar que não se fala genêricamente de Moçambique, mas sim de «possessões portuguesas de Moçambique».

Dir-se-ia que os negociadores já previam o fraccionamento da Colónia que passados 16 anos se deu.

Este tratado esteve em pleno vigor até ao fim da guerra anglo-boer de 1900. Vencidos os boers, e desaparecida a República com a qual havíamos negociado, o tratado ficou *ipso facto* caduco. Mas o Transvaal não podia então viver, como aliás ainda hoje não

pode, sem a cooperação activa de Moçambique, principalmente por causa da sua mão de obra, abundante, inteligente, sadia e disciplinada. Por isso o Alto Comissário que o Governo Inglês, vencedor, pôs à testa do Governo do Transvaal, convertido em colónia britânica, se apressou a negociar com Moçambique um *Modus Vivendi*, em que as principais cláusulas do tratado de 1875 eram mantidas. Assim o estipulava o artigo 10.º dêsse *Modus Vivendi*.

À sombra dêsse instrumento diplomático, intensificou-se desde logo o recrutamento dos indígenas portugueses para o Transvaal, visto que sem êles era impossível abrir e explorar as minas, como Lord Milnes o reconheceu, e como mais tarde se verificou com a infeliz tentativa de Lord Selborne, fidalgo inimigo de Lourenço Marques, de substituir a mão de obra do país que êle detestava por mão de obra chinesa.

Ora, prevendo-se um recrudescimento de actividades no Transvaal, sob a administração inglesa, o súbdito americano Lingham pediu e obteve uma larga concessão de terrenos, próximo de Lourenço Marques, na Matola, e ali começou a montar fábricas de moagem e de serração, frigoríficos, etc., para abastecer e servir o mercado do Transvaal.

Outras entidades se apressaram a seguir-lhe o exemplo. Em Ressano Garcia montou-se, a toda a pressa, uma fábrica de alcohol, capaz de dar bebida para embriagar todos os negros da Transvaal.

As autoridades inglesas, alarmadas com uma tal actividade comercial e industrial,

apressaram-se a exigir de nós uma aclaração ao *Modus Vivendi* de 1901, segundo a qual, sòmente os produtos cujas principais partes constituintes fòssem originárias do respectivo país, poderiam entrar livres de direitos no outro.

Este adicional ao *Modus Vivendi* tem a data de 15 de Junho de 1904.

Com a aclaração feita, os planos e projectos do súbdito americano Lingham e de outros capitalistas que para Lourenço Marques se encaminharam, caíram por terra.

As fábricas já montadas cessaram a laboração e outras, como a do alcool, o frigorífico para as carnes congeladas, etc., não chegaram a funcionar.

Os novos dirígentes do Transvaal vibravam assim um golpe certo nas aspirações de Lourenço Marques.

Tudo se desvalorizava rapidamente. Os terrenos dentro da cidade de Lourenço Marques, alguns dos quais haviam sido vendidos, à razão de 13 libras o metro quadrado, ficaram sem procura. Um anúncio feito pelo Governo para vender terrenos junto ao pôrto, terrenos que até então eram vivamente disputados, a ninguém interessou já.

Tentaram os prejudicados obter do Governo do Transvaal uma indemnização por tanto capital perdido. Era justo, pois fôra à sombra do *Modus Vivendi* que fôra dispendido. Nada conseguiram.

Ao Transvaal, só o interessava a mão de obra indígena, porque outra não encontrava nem dentro nem fora do seu território.

Produtos das indústrias, havia muito quem lhes fornecesse, sem a sujeição da livre entrada.

A cooperação leal e amigável que o tratado de 1875 garantia, sem limitação de prazo, deixava assim de existir.

O Transvaal inglês não era o Transvaal de Paulo Kruger.

Alguém dirá que ficava aberta a porta às produções de Moçambique; mas Moçambique nessa altura não tinha ainda produções para exportar nas condições estabelecidas pelo acôrdo.

Quando elas apareceram e começaram a estar em condições de concorrer ao mercado transvaliano, novas barreiras se levantaram para que nada de Moçambique pudesse passar a fronteira.

E enquanto disposições legais não fechavam por completo a porta, aparecia sempre,

como que providencialmente, um fungo, uma lagarta, uma larva que as produções continham e as inibiam, por via de regra, de entrar no território vizinho.

De lá para cá, tudo; de cá para lá, nada.

Era uma política, clara, de defesa, de protecção e de estímulo à produção interna dêles.

Pena era que Moçambique a não compreendesse e não a emitasse.

Mas deve-se acentuar que foram as disposições contratuais que induziram em êrro os capitalistas, levando-os a comprometer capitais que tinham em mira servir o território do Transvaal e que ficavam perdidos.

É interessante notar que a política económica, actualmente em moda, de cada um se bastar, tanto quanto possível, já então era conhecida e tinha comêço de execução em terras da África.



Casos há em que a produção não pode ser facilmente substituída.

Então segue-se a política do aviltamento dos preços. É o que se dá com o comércio das bananas, por exemplo.

As bananas de Moçambique são magníficas. Exportadas para o Transvaal começaram a ter ali larga aceitação. A exportação aumentava de ano para ano. Mas à medida que a exportação aumentava, os preços desciam vertiginosamente. Eis os valores por tonelada de bananas nos últimos sete anos:

Em 1929.....	10,7 £
" 1930.....	8,4 "
" 1931.....	8,4 "
" 1932.....	4,7 "
" 1933.....	3,4 "
" 1934.....	3,0 "
" 1935.....	2,9 "

Neste decrescendo de valores, cedo virá o dia em que não valha a pena cultivar bananas, deixando assim o mercado livre aos cultivadores de Durban que não têm produto tão bom, mas que, emfim, é produto inglês.

O que Moçambique exporta actualmente para a União

A exportação que Moçambique fez para os territórios da União (quási que exclusivamente para a província do Transvaal), reali-

zou em 1935, na alfândega, o valor declarado de 140.538 libras.

Os artigos exportados foram em pequeno número. Ao todo, registaram-se apenas 46 rubricas, sendo as principais as seguintes:

Oleaginosas no valor de	60.500 £
Óleos vegetais no valor de	6.970 "
Bananas no valor de.....	43.940 "

Todos os outros artigos e géneros exportados, realizaram valores insignificantes.

Destaquem-se de entre êles os seguintes:

Géneros	Pesos (toneladas)	Valores (em libras)
Batatas	75	458
Chá	59	1.429
Peixe fresco.....	19	658
Cimento	3.538	6.398
Sisal.....	114	1.355
Madeira	301	2.000
Produtos cerâmicos.....	253	350

Vê-se daqui que dos produtos que Moçambique envia para a União somente três realizam valores apreciáveis. Todos os outros e bem poucos êles são, vão em quantidades mínimas.

O que Moçambique recebe

Em contraposição, a Colónia recebeu da União em 1935 mercadorias no valor de 292.469 libras, ou seja mais do dôbro do que para ela enviou.

O intercâmbio total apresentou um valor de 435.034 libras. A Moçambique coube 32 %; à União 68 %.

As mercadorias que Moçambique recebe da União são, por assim dizer, em número ilimitado. A União é o grande armazém donde Moçambique se abastece.

O comércio de Lourenço Marques, que tem categoria e importância bastante para se dirigir directamente aos mercados produtores, prefere entender-se com o Transvaal, embora o processo encareça sobremaneira o artigo e, conseqüentemente, a vida da Colónia.

A mercadoria que não é originária da União, paga, ao entrar nesta, direitos alfande-

gários e paga dois fretes de caminho de ferro, ida e volta.

Em duas categorias se podem colocar os artigos que Moçambique recebe da União: os artigos que são produção da indústria e da agricultura do seu solo e aqueles que, em torna viagem, vêm ser consumidos em Lourenço Marques, depois de terem feito penosa e dispendiosa viagem até à União, havendo pago, antes disso, direitos alfandegários nos seus portos.



Eis uma lista que dá a natureza de alguns dos artigos de produção do território da União, com a indicação das quantidades recebidas e dos valores declarados:

Géneros	Pesos (em toneladas)	Valores (em libras)
Batatas	1.681	8.055
Cebolas.....	598	4.438
Forragens.....	184	732
Frutas	224	8.375
Hortaliças.....	94	1.109
Leite condensado e esterilizado	135	8.985
Manteiga	60	4.413
Ovos (dúzias)	76.467	3.117
Peixe.....	23	859
Dinamite	12	1.355
Telhas e tijolos	86	432
Cal e pozolanas	4.995	1.835
Queijo	3	259
Sabonetes	1	54
Flores naturais (quilo)	1.613	252
Graxa para calçado.....	6	1.161
		45.421

Examine-se bem esta lista: sem dificuldade se reconhecerá que tudo o que ela contém se podia produzir dentro da Colónia.

Mais ainda: pelas condições do clima, riqueza do solo, facilidade de rega, excelentes pastagens, onde abunda a erva «buffalo grass», eminentemente própria para a alimentação de bovídeos, etc., etc., a Colónia podia abastecer a União de muitos destes produtos que no seu território só aparecem mais tarde, ou ficam mais onerosos.

Mas Moçambique teima em auxiliar e fomentar a agricultura e as indústrias da União em lugar de procurar valorizar e desenvolver as suas próprias. E por cima queixa-se do

desemprêgo, não querendo lá mais colonos por não ter que lhes dar que fazer!

Repare-se naqueles 1.613 quilos de flores naturais!



A outra categoria é constituída por artigos que a União não produz: importa-os e mette-os em armazém, esperando que lhe apareça freguês. E freguês sério, honesto e dedicado é o comerciante de Lourenço Marques.

Essas mercadorias que o comércio da Colónia vai comprar nos mercados da União, deixam ali lucros de intermediários que é de presumir que sejam respeitáveis, a ajuizar pelo preço porque alguns são comprados.

Essa categoria de produtos realizou em 1935 o valor aproximado de 10.000 contos. O comerciante de Moçambique não é já um mau freguês e crescerá de importância se a população civilizada da Colónia crescer rapidamente como tanto se faz mister.

Eis uma lista dos principais artigos de torna viagem que foram comprados na União em 1935:

Gêneros	Pesos (em toneladas)	Valores (em libras)
Café	11	561
Chocolate.....	1,6690	222
Gasolina.....	100	1.094
Petróleo.....	82	863
Drogas arsenicais.....	21	708
Enxôfre.....	56	776
Automóveis.....	19	2.891
Camions.....	23	3.908
Sobressalentes.....	23	5.602
Farinha de trigo.....	31	684
Farinha de nestlé.....	4,318	580
Tecidos.....	119	100.542
Calçado (pares).....	1.067	588
		119.019

O exame da lista dispensa comentários. Treze mil contos foram enviados para a União, os quais bem podiam ter sido enviados para os mercados de origem dos produtos, onde se adquiririam por muito mais baixo preço.

Mas o hábito de comprar na União está inveterado.

Até o algodão hidrófilo, tão fácil de preparar, é recebido da União.

E por que preço!

Este estado de coisas não é de agora: vem de longe. O comerciante de Lourenço Marques habituou-se a usar do telégrafo para conseguir fornecimentos que procurados nos mercados de origem dariam maiores canseiras.

A farinha de trigo, por exemplo, importada da Austrália fica a menos de 1 escudo, e mandada ir do Transvaal fica a perto de 2 e meio.

As importações da União tendem a aumentar; as exportações para a União tendem a diminuir

Em 1910, o intercâmbio entre Moçambique e o Transvaal tinha o valor declarado de 109.934 libras.

A exportação para o Transvaal era ligeiramente inferior à importação de lá.

Constituída a nova nacionalidade, resultante da união das 4 colónias da África do Sul, os negócios ali tomaram maior incremento. Em 1913 já o comércio com Moçambique se elevava a 222.496 libras. Praticamente tinha duplicado.

Seguiram-se depois as perturbações resultantes da grande guerra.

O intercâmbio sofre durante ela grandes oscilações; mas em 1921, em que começara a haver uma tal ou qual estabilização, já o intercâmbio havia subido para 678.232 libras, e a exportação de Moçambique excedia então em muito a importação que vinha do Transvaal, resultado da venda de grandes quantidades de açúcar a esta província da União. Vem depois a denúncia da Convenção Transvaal-Moçambique e o intercâmbio sofre imediatamente uma grande quebra.

Em 1925 somava apenas 262.000 libras; em 1930 sensivelmente a mesma coisa (280.000 libras) e em 1935 era de 435.000 libras.

Vê-se assim que grandes oscilações tem sofrido o intercâmbio entre os dois países vizinhos e amigos.

O maior valor registado foi o de 1922, véspera do termo da Convenção de 1909, denunciado nesse ano pelo General Smuts. O valor do intercâmbio elevou-se então a 687.219 libras.

O menor valor registado depois da grande guerra foi o de 1923, quando baixou a 193.254 libras.

A descriminação dos valores da importação e da exportação demonstra que as importações da União vão num crescendo progressivo e que as exportações para lá caminham em sentido inverso.

Eis os números representativos do valor de um e outro tráfego, donde facilmente se tiram as conclusões acima expressas:

Anos	Importações Libras	Exportações Libras
1930.....	120.240	159.653
1931.....	151.058	166.561
1932.....	145.981	108.979
1933.....	136.374	112.989
1934.....	597.855	114.075
1935.....	292.460	140.537

Outra conclusão que se tira destes números é que as importações da União estão excedendo grandemente as exportações para ela, mau sintoma para um bom entendimento comercial.

Conclusões

O comércio da União, anda já à volta de 150 milhões de libras, se não fôr superior. As 200, 300 ou 400 mil libras do intercâmbio com Moçambique não lhe interessam por serem uma fracção mínima d'êle.

Pelo contrário, a Moçambique, que tem um comércio de importação e de exportação de pouco mais de quatro milhões e meio, já êste intercâmbio interessa, porque representa qualquer coisa como 10 % do seu comércio total.

Dadas as relações de vizinhança e outras que caracterizam os dois países e dada a cooperação que Moçambique sempre deu ao engrandecimento do Transvaal, as suas relações comerciais podem e devem ser mais intensas.

Mas não é pela força que os mercados se conquistam. Se a União teimar em não querer os produtos de Moçambique escusado será insistir para que os receba.

Procure-se-lhes então outros mercados mais acessíveis. Mas nesse caso, o que Moçambique recebe actualmente da União, também d'esses mercados deve ir.

O ano colonial

1936 foi dos últimos anos o mais operoso em matéria colonial. Oferece-se salientá-lo, nesta oportunidade em que se agitam reivindicações e impaciências ambiciosas por domínios em África, frisando-se que Portugal, a mais antiga potência colonial do Mundo, continua mantendo o seu interesse pela conservação e progresso do seu Império — que teve início em Marrocos no Século XV e ainda detem vestígios em todos os continentes.

Dois factos importantes marcaram na cronologia do ano: a primeira conferência económica e a segunda conferência dos governadores.

Agrupou a primeira em Lisboa delegados técnicos de tôdas as colónias portuguesas, que se reuniram no edificio da Assembleia Nacional por algumas semanas, ocupando-se dos problemas mais importantes e vitais para o progresso e defesa dos territórios portugueses do Ultramar. A contribuição da sua análise, os subsídios produzidos, os conselhos da sua directa experiência, forneceram elementos importantes para a Governação pública. A reunião das teses dos participantes desta Conferência, com seus relatórios, estatísticas e sugestões constituiu um manancial de observações e orientação de permanente consulta — que veio valorizar a já vasta colaboração oferecida pelos congressos promovidos pela direcção da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa

Do ut des, já diziam os latinos.

As boas relações entre os dois países não serão afectadas, só porque Moçambique venha a comprar mais nos mercados que lhe oferecem maiores vantagens e que ao mesmo tempo lhe comprem os seus produtos em mais larga escala.

Em todo o caso, é pena que o egoísmo de alguns impeça uma mais perfeita comunhão de interesses entre todos.

Lisboa, 20-XII-1936.

PORTUGAL COLONIAL

realizada no Porto, pela União Nacional e pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

A reunião dos Governadores de tôdas as colónias na chamada cabeça do Império, que é Lisboa, corporalizou uma iniciativa de manifesta utilidade para uma orientação administrativa unificada. Foram passados em revista os factores mais importantes da governação ultramarina e melhor do que em relatórios ou propostas, na exposição pessoal dos factos e aspirações, os governadores coloniais puderam concretizar os variados aspectos da sua actuação com o seu chefe — e êste com aqueles — coordenando a mecânica directiva, obtendo portanto resultados mais práticos e imediatos.

Pena foi que o sr. Ministro das Colónias não tivesse seguido o exemplo do Ministro das Colónias da França, que após uma conferência semelhante, promoveu uma reunião de delegados da imprensa a quem relatou os seus resultados e finalidades. A conferência dos governadores de Lisboa decorreu com singular intimidade e alguns dos assuntos nela tratados, de manifesto interesse público, dêste ficou sendo desconhecido e do País, mal e insuficientemente anotados em papelinhos dactilografados fornecidos aos jornais sôbre o sumário das sessões.

Manteve-se o equilíbrio dos orçamentos coloniais e as contas de gerência acusaram, em quasi todos os domínios portugueses, resultados satisfatórios de administração fiscal.

As obras de Fomento melhoraram em quasi todos os sectores, mercê da infatigável iniciativa dos governadores coloniais e seus colaboradores. Foi revelada a intenção de cuidar e aperfeiçoar os serviços dos portos marítimos, das linhas férreas, das estradas, da urbanização das povoações — manifestações progressivas de valorização e actuação territorial. Paralelamente marcou-se acentuada evolução na assistência médica, instrutiva, religiosa e técnica.

Duma maneira geral, em tôdas as colónias portuguesas se avançou nas várias modalidades da colonização e civilização — presumivelmente sem a celebridade que o mal sofreado desejo de alguns entendeu. Mas avançou-se... criando-se aqui mais uma escola, além mais um posto experimental, instalando mais uma missão religiosa, fundando nova maternidade ou organismo de assistência, mais associações, mais grêmios recreativos ou caixas de auxílio mútuo. A colonização portuguesa, no actual momento, não depende

exclusivamente do impulso officioso — e há que fazer justiça à colaboração do colono, à chamada iniciativa particular e regional. No capítulo de cooperação social, da iniciativa privada dos colonos e residentes nos territórios portugueses do Ultramar, seria imperdoável olvidar quanto se trabalhou e progrediu no respeitante a empreendimentos que, embora modestos, no seu conjunto contribuem poderosamente para enobrecer a obra nacional em África e no Oriente.

Alguns acontecimentos mais merecem referência.

Está nêsse caso a viagem dos nossos aviadores às colónias de África, que reuniu a maior equipa de aparelhos e tripulantes dos mais brilhantes da nossa aviação, que desferiu *Asas de Portugal* pelo continente negro, com vasto itinerário, cobrindo dezenas de milhar de quilómetros, em eloquente afirmação de soberania.

A criação de algumas missões científicas em Moçambique e Angola, com objectivos de estudo, umas para bases de futuros cometimentos, outras dentro do programa de reconhecimentos técnicos que a posse de vastos territórios nos impõe, marcou também acentuado interesse.

No alvorecer de 1937 podemos admitir um ambiente optimista, embora, como mais ou menos tem sucedido sempre, nas coisas portuguesas, tocado de modéstia. Mas focamos — a propósito — pela sua natural repercussão na economia colonial, a melhoria das cotações dos produtos tropicais, que estão de certo modo animando produtores e exportadores, desauxiliados duma organização económica de defesa e orientação; as prometidas medidas pela pasta das colónias — modificações da mecânica bancária; aplicação ao sector ultramarino do regime corporativo; e a reorganização da marinha mercante que faz a exploração para o ultramar — problemas instantes de cuja solução depende o desanuviamento do panorama colonial no campo económico, com os seus naturais benefícios e projecção para o inter-câmbio comercial entre a Metrópole e os territórios portugueses de Além-Mar.

Tudo depende duma continuidade de actuação, que se torna mister, integrada na tarefa secular dêste grande «pequeno povo» que se afirma com o trabalho contínuo e esforço próprio, animado por tradições seculares —

(Conclue na página 18)

Uma realidade imperial

Está estabelecida a ligação radiofónica entre a metrópole e todas as províncias do Império



O Chefe dos Serviços Externos da E. N., sr. Carlos Ribeiro, que acompanhou a VI Volta a Portugal em bicicleta

CUMPRIU-SE finalmente o voto de alguns milhões de portugueses que labutam além-mar: A voz de Portugal é todos os dias ouvida não só nas oito províncias do Império como também no Brasil e na América do Norte, onde tantos portugueses mourejam.

Depois de um trabalho persistente e profundamente meditado e ao cabo de experiências cuidadosamente feitas a Emissora Nacional é ouvida nas colónias em condições plenamente satisfatórias.

A realização fica-se devendo a um colonialista que hoje dirige a Emissora Nacional e para o qual de-certo constituiu missão de honra e de paixão, levar a cabo esta obra.

A nova estação C. S. W. foi construída inteiramente por engenheiros e operários portugueses nas oficinas da Emissora Nacional,

custeada com economias do seu orçamento ordinário e é accionada por pessoal técnico português.

Concluído o fabrico e montagem realizaram-se as primeiras experiências técnicas, cujos resultados foram, de princípio, desanimadores para os radiouvintes mas que os técnicos naturalmente tinham previsto.

As informações recebidas deve-se o aperfeiçoamento constante do emissor, até resultados plenamente satisfatórios. Iniciaram-se imediatamente, com o mesmo escrúpulo, as experiências de programas que estão decorrendo em ambiente do maior optimismo.

Mas se bem que vivendo ainda em período experimental, já trabalha normalmente para as colónias, em emissões especiais para cada uma ou grupo, todos os dias.

Praticamente, a ligação radiofónica com as colónias está feita.

Na Emissora Nacional trabalha-se agora activamente para que a estação esteja a trabalhar com o dobro da potência actual dentro de três a quatro meses.

E aqui está, embora incompreendida por alguns, uma realidade imperial de incalculável alcance.

A primeira palestra realizada através do novo emissor para as colónias, foi proferida pelo capitão sr. Henrique Galvão, no dia 15 de Janeiro.

O Director da Emissora Nacional disse:

Não é sem comoção que realizo hoje, para os portugueses de todas as colónias, esta pequena palestra, que é a primeira da Emissora Nacional para o Império. Comoção natural por parte de quem é, ao mesmo tempo, Director da Emissora Nacional e devotado trabalhador da ideia colonial.

Pela primeira vez, sinto, como realidade material, que excede, em verdade, tudo quanto as palavras possam dizer acerca da aproximação entre a metrópole e as colónias — que a distância que nos separa finalmente desaparece. Os dias, as semanas, os meses que até agora marcavam com a amargura da sua extensão uma Distância que se opunha inextricavelmente ao contacto e comunhão dos espíritos — os dias, as semanas, os meses, que eram unidades da própria Distância, anulam-se. E as colónias, províncias de Portugal, estão de facto tão perto de nós, que as nossas vozes se ouvem e os nossos espíritos comunicam.

A sensação de que isto é uma realidade — a sensação de saber que neste momento, da Rua do Quelhas, em Lisboa, num intervalo dos meus afazeres estou conversando com aqueles que, a milhares de quilómetros, são meus companheiros na mesma causa, com amigos que por lá deixei, com colonos a quem admiro — e que basta um pequeno esforço de imaginação para realizar as suas atitudes, escutando ou comentando — não pode sentir-se sem forte comoção que, de certo, é partilhada por muitos dos que me escutam.

Não pelo que eu posso dizer; não pelo que lá podem ouvir. Mas pura e simplesmente por este facto: é que realmente estamos perto, tão perto, que nos podemos entender.

Daqui para o futuro a voz de Portugal será ouvida em todo o Mundo Português — e assim encontrar-se-á a vida de cada um em estreito contacto espiritual, de todos os dias, com esta pequena casa lusitana que é, para uns a casa de onde partiram e que é para outros o lar a que pertencem.

E assim, antes de iniciar o seu período de funcionamento regular, a Emissora Nacional saúda calorosamente todos os portugueses de Além-Mar para quem vem trabalhando há muitos meses, no sentido de lhes proporcionar a realidade de que hoje dispomos.

Portugal está vivendo uma hora luminosa de ressurgimento, de equilíbrio e de prestígio. E nós julgamos que o encurtamento da Distância que nos separava, permitirá a

todos os colonos do Império, não só participar mais proveitosamente da luz clara que nos ilumina, como também colaborar em mais estreita comunhão para essa realidade imperial que é o objectivo mais alto da Política Portuguesa.



Meus senhores, apenas mais algumas palavras de esclarecimento.

As nossas experiências estão praticamente terminadas. Mais algum tempo para acertar as últimas peças da organização e tudo enlranará em ritmo normal de funcionamento.

No dia 15 começaremos a emitir programas especialmente organizados e abundantemente providos de elementos portugueses. E os portugueses terão assim, seja qual for o lugar do Império em que se encontrem, não só a melhor música da sua terra executada pelas melhores orquestras portuguesas como também notícias tão rápidas e tão recentes como as que podem ser recebidas no Minho ou no Alentejo. Para todas as colónias daremos diariamente um jornal radiofónico, informações políticas e económicas, música — enfim, tudo o que ao vosso espírito e aos vossos interesses importa ouvir e conhecer. E os programas serão remetidos à Imprensa das Colónias para que todos possam ter conhecimento do horário de cada uma das partes que mais lhes interessar.

Ao mesmo tempo dar-lhe-emos a transmissão de todos os grandes acontecimentos portugueses, de forma a poderem ouvi-los como se estivessem em Lisboa.

E assim como cumprimos o que já se realizou cumprimos o que hoje prometemos.

Para o êxito das nossas experiências contribuíram poderosamente as informações que nos foram enviadas.

É a oportunidade para as agradecer e para pedir que continuem a enviá-las, na certeza de que o melhor dos serviços dependerá sempre do melhor das informações que nos transmitirem.

Meus senhores, portugueses de Além-Mar, a Emissora Nacional saúda-os.

E o director da Emissora Nacional que na sua qualidade de colonialista espera há muitos meses esta hora solene, envia-lhes comovidamente os primeiros cumprimentos, julgando sinceramente que as colónias têm hoje realizada uma das suas mais quentes aspirações.

H. GALVÃO

Reproduzimos agora algumas cartas recebidas das colónias, que dispensam comentários. Resumimos assim algumas colunas um mostruário de correspondência do Império:

Da Madeira

Funchal, 2-2-937

R. João Maria Moniz, 5—Funchal-Madeira

Ex.^{mos} Senhores

Tenho o subido prazer de comunicar a V. Ex.^{as}, que tenho ouvido esplendidamente as suas emissões da estação de ondas curtas C. S. W. da Emissora Nacional—Antena

n.º 2—no comprimento de onda de 27^m,17, dedicada aos Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe, às 20 h. e 10 m. hora local, 21 h. e 10 m., hora de Lisboa.

Continuem V. Ex.^{as} com os seus trabalhos de aperfeiçoamento e a dar-nos essas emissões, com toda a regularidade, e poderão V. Ex.^{as} ter a certeza que conseguiram o fim desejado. Ouve-se claramente, e os programas estão bem elaborados.

Queiram aceitar os cumprimentos respeitosos, com os meus parabéns.

De V. Ex.^{as}, At.º, Ven.^{dor} e m.^{to} obg.^{do}

Henrique Ernesto Teixeira Moniz
Tenente de Infantaria

Dos Açores

Madalena, 10 de Janeiro de 1937

Ex.^{mos} Senhores

É levado pelo entusiasmo próprio de quem, sobre tudo, ama a sua Pátria e consequentemente tudo o que nela de bom se leva a efeito, que me dirijo a V. Ex.^{as} para lhes dizer que temos enfim uma Emissora digna de tal nome e de ser incorporada entre as melhores da sua potência.

Bem hajam V. Ex.^{as}, senhores Directores Técnicos, pelo bem trazido aos Açoreanos e mui principalmente aos continentais que residem nestas Ilhas.

A Emissora Nacional, que até aqui dificilmente se fazia ouvir nestas paragens, é agora, por intermédio da sua Emissora de ondas curtas C. S. W., duma nitidez a toda a prova. Refiro-me à onda de comprimento igual a 30^m,18 com a antena n.º 1 ou n.º 2.

Com a onda de comprimento igual a 27^m,17, ouve-se, mas com muito menos intensidade.

Pena é que por vezes, e durante curtos espaços de tempo, mesmo com a onda de melhor audição—30^m,18—se verifique a interferência provocada por um Posto de Telegrafia Sem Fios que, nem só prejudica a audição como por vezes a chega quasi a eliminar.

Repito, mesmo com estes pequenos inconvenientes, a Emissora de ondas curtas C. S. W. é esplêndida, mas se possível fôsse fazer desaparecer aqueles, teríamos então satisfeitos até os mais exigentes radiouvintes.

Em ondas médias raras são as noites em que a Emissora se consegue fazer ouvir aqui, e se se ouve é duma maneira muito pouco satisfatória.

Colocando-se ao inteiro dispor de V. Ex.^{as} para todos os esclarecimentos que necessitem, renova as suas felicitações e pede desculpa pela maçada e tempo roubado, o que se subscreve com elevada consideração e estima

José Brandão Saraiva



Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1937

À Emissora Nacional

Tenho o presente de vir informar V. Ex.^a que os seus

programas de rádio-telefonía são para mim os mais interessantes, assim como a audição é perfeitíssima.

Com os meus melhores votos pelas suas maiores conquistas e com toda a consideração

De V. Ex.^a, At.º, Ven.^{dor} e Obg.^{do}

Henrique Xavier de Sousa Júniór

De Cabo Verde

Praia, 6 de Fevereiro de 1937

Ex.^{mos} Srs.

É com enorme prazer que comunico a V. Ex.^{as} que as vossas emissões experimentais nos cumprimentos de onda de 27 e 30 metros têm sido aqui captadas em excelentes condições. Boa modulação, forte volume de som e percentagem quasi nula de "fading".

Posso assegurar-lhes que as vossas emissões nos satisfazem absolutamente e que a nossa alegria é grande por constatar-mos que temos já um emissor que nos põe em contacto permanente com o nosso querido Portugal.

Endereço por isso a V. Ex.^{as} as minhas mais sinceras felicitações por tão excelente resultado obtido e nessas felicitações também desejo envolver os vossos simpáticos e já tão estimados locutores.

Muito agradeceria a V. Ex.^{as} se fizessem a fineza de me remeter o folheto descritivo das "Belezas e progressos de Portugal sob a égide de Salazar", que oferecem a todos aqueles que vos escrevem e que eu muito desejaria possuir.

Reitero os meus melhores agradecimentos e me subscrevo, com a mais elevada consideração e simpatia

De V. Ex.^{as}, M.^{to} At.º, Ven.^{dor} e Obg.^{do}

Clarence Abílio do Quental Mendes
Sócio da Liga Portuguesa de Ondas Curtas

Da Guiné

Bissau

Emissora Nacional Lisboa

27 metros antena dois potente nítida preferida parabéns ouvintes Guiné pedem retransmissão notícias programa nacional incluindo Espanha agradecem.

Calheiros Abreu

De S. Tomé

S. Tomé, 4 de Janeiro de 1937

Ex.^{mo} Sr.

É com muito prazer que venho comunicar as minhas impressões das últimas emissões da Emissora.

Na onda de 30^m,18 a audição é mais nítida do que na de 25^m,27 e com referência às antenas, a n.º 1 não é

O ESTÚDIO B

Numa flagrante simbiose, juntam-se nos Estúdios a Técnica e Arte: A arquitectura indo ao encontro da acústica modelou em linhas de elegante modernismo as formas que esta impôs. Por sua vez a electrolénica concedeu à música um campo tão vasto que se perde para além de todos os horizontes



pior do que a n.º 2. No segundo comprimento de onda à muitas interferências que prejudicam, o que não sucede com o primeiro.

Também são bastante nítidas as emissões que estão fazendo depois das 10 h. e 15 m. as quais são muito apreciadas.

Aproveito a oportunidade de felicitar V. Ex.^a pelo bom êxito das últimas experiências as quais já satisfazem plenamente.

Com os meus respeitosos cumprimentos, é com muita estima e consideração que sou

De V. Ex.^a, At.º, Ven.dor e Obg.do

Auspício Menezes

De Angola

Ambrizete, 26 de Dezembro de 1936

Ex.^{mo} Sr.

Antes de tudo, começo por enviar daqui a V. Ex.^a e a todo o pessoal em serviço na Emissora Nacional, as minhas maiores e mais puras homenagens, felicitando-os ainda e ardentemente, pelos óptimos resultados obtidos com as recentes experiências que tanto têm melhorado as emissões.

Como modesto e pequeno funcionário do Estado que sou, possuo um aparelho compatível com as minhas poses—um "Chalecotrop", apenas com 3 audíons e alimentado a pilhas secas. Pois mesmo assim, Ex.^{mo} Sr., a-pesar-da pouca ou nenhuma sensibilidade do aparelho, eu tenho ouvido—e assim o informei já oficialmente à Direcção dos Serviços dos Correios e Telégrafos de Angola—a Emissora Nacional desde o dia da sua inauguração para as Colónias; audições muito fracas e com muilíssimos ruídos a princípio, porém, desde que adoptaram a antena número dois, as condições modificaram-se totalmente, ouvindo-se portanto, em certas noites de poucos atmosféricos, muito distintamente as vossas emissões.

De tódas as noites, a melhor de tódas incontestavelmente, foi a de ontem dia 25. Ouvi distintamente tudo quanto se emitiu com a antena n.º 2; citei por exemplo as palavras de agradecimento que dirigiram ao vosso informador de Cabo Verde, ao Dr. Sousa Henriques, de Benguela, e ainda ao do Lobito e Gabela. Por aqui pode V. Ex.^a ver que a antena n.º 2 dá resultados já muito satisfatórios, outro tanto não sucedendo com a n.º 1.

Dentro da minha modéstia, ousou pedir-vos para que a vontade que até aqui os tem animado no sentido de tornarem a Emissora Nacional perfeita e capaz de rivalizar com as estrangeiras, os não abandone, porque eu mantenho a fé e esperança que os nossos dignos Engenheiros e operários hão-de ser capazes de produzir obra tão perfeita como a dos estranhos. E oxalá que assim seja, porque só assim e doutra maneira não, os Portugueses espalhados pelo grande Império terão em suas casas diariamente notícias da longínqua Mãe-Pátria.

Quanto aos horários, eles não poderiam ser melhor escolhidos; é a hora mais conveniente.

Sobre condições técnicas a imprimir, não tenho, claro está, competência para alvitar o quer que seja; de resto, suponho que o que neste momento vos mais interessa, é justamente as condições de audição.

Desculpe-me Ex.^{mo} Director no caso desta minha carta lhe não ser útil, porém eu escrevi-a na intenção de o ser.

Mais uma vez felicito a vossa altruísta iniciativa, e, entretanto, creia-me, Ex.^{mo} Sr. Director, com a mais elevada consideração

De V. Ex.^a, At.º, Ven.dor e Obg.do

Emílio da Silva Melo
Chefe da Estação dos Correios e Telégrafos
do Ambrizete - Angola

P. S.—Continuarei a informar V. Ex.^a das condições em que ouvir a Emissora Nacional.

27-XII—A transmissão de ontem, 26, com a antena 2, foi muito satisfatória.



Mossâmedes, 4 de Janeiro de 1937

Ex.^{mo} Sr.

É com maior prazer que trago ao conhecimento de V. Ex.^a de que a audição de ontem aos 27^m, 17 satisfaz-me muito melhor às anteriores, não só em sonoridade como em nitidez.

Cumpre-me igualmente informar a V. Ex.^a que estas últimas audições têm sido numa época má, visto agora reinar sobre estas paragens o tempo das chuvas, sendo ontem o pior dia em trovoadas.

Talvez haja conveniência em V. Ex.^a saber que o meu aparelho é de 4 válvulas da marca inglesa "Eddystone", de 1936, de bobines móveis.

Na qualidade de português colonial, resta-me a fazer sinceros votos para que a Emissora Nacional continue por longos anos a trazer até nós a voz do nosso Portugal.

De V. Ex.^a

Bernardo de Figueiredo



Vila Henrique de Carvalho

Emissora C. S. W. Lisboa

Empregados Diamang Luanda enviam calorosas saudações agradecem reconhecidos visita voz de Portugal. Informam recepção muito boa 27 metros antena dois horário 18 até 22 locutores Maria Ribeiro assinado Tavares Paulo Noronha Picôto Sucena Santos Delgado Nogueira Costa Lopes Dias Rocha Eusebio Cardote Lopes Silva Leal Rêgo Barroso Leopoldo Matos Valdez Ribeiro Sobral Costa Vasques Bermudes Câmara Joaquim Salema.

De Moçambique

Chinde, 30-12-936

Ex.^{mos} Srs.

Tenho ouvido a Emissora Nacional muitíssimo bem, na onda de 30^m,18 com a antena n.º 2. Na onda de 25^m os resultados não são tão satisfatórios.

Quando a Emissora começou a funcionar para as Colónias, mal se ouvia, mas tem melhorado bastante. Julgo que a opinião dos radiófilos desta Colónia, será que se ouve melhor na onda de 30^m,18 com a antena n.º 2, do que em 25 metros.

Nestes últimos dias, tem-se ouvido a Emissora Nacional tão bem como a Emissora de Lourenço Marques, que como se costuma dizer, fica aqui a dois passos.

De V. Ex.^{as}

Arlindo Gonçalves Vaz

✉

Vila Fontes—Zambézia, 10-1-1937

Ex.^{mo} Senhor

Seria uma ingratidão, se não nos lembrássemos de agradecer a V. Ex.^a as horas que nos tem proporcionado, de contacto com o nosso querido Portugal. Vivo aqui, longe da Pátria e dos Meus, cheio de saudades e lembranças dêsse cantinho onde desejaria morrer. Até hoje temos andado afastados tal como um filho se afasta de seus pais, sem trocarmos nenhuma palavra de afecto, como se estivessem zangados. Pois, foi V. Ex.^a que aproximou estes filhos abandonados, dessa querida Pátria, que nós hoje temos a ventura de ouvir diariamente, com tanta ternura e encantamento, que nos esquecemos da distância enorme que nos separa, e quasi nos vemos transportados como por encanto, aos nossos Lares, à nossa Pátria. Porisso, Senhor, seria grande falta, não manifestar a V. Ex.^a a gratidão dêste humilde Português, a quem V. Ex.^a tem feito passar as horas mais felizes da sua vida de colono.

Desculpará V. Ex.^a este meu atrevimento, que não tem outro fim, senão testemunhar-lhe a gratidão, rude mas sincera, de quem está longe de tudo o que lhe lembre a sua Pátria tão distante, onde vivem os seus queridos. Foi tal a alegria que um punhado de Portugueses que aqui vivem perto de mim, sentiu ao ouvir tão distintamente a Emissora, que para festejar tão bela noite, se bebeu Champanhe. *Mas Champanhe Português.*

Creia-me V. Ex.^a seu

At.^o e Ven.^{dor}

Sousa Costa

Da Índia

Nova Goa

Emissora Nacional Lisboa

Resultado escuta 19 corrente. Desde 17 às 18 audição fraca frequentemente coberta emissões outras estações e descargas atmosféricas desde 18 até 18,30 audição muito boa a-pesar se manter más condições atmosféricas e emissores citados quer voz locutor quer música impondo-se tudo ouvindo-se muitíssimo bem com tanta clareza e sonoridade como as maiores emissoras europeias. Resultado escuta 20 corrente. Das 17 até 18 audição regular tendendo melhorar. Desde 18 até 19,30 nítida.—De T.

De Timor

Dili, 16-12-936

Ex.^{mos} Senhores

No meu pòsto de rádio "Philips 318 B," recebi hoje, 13-12-936 das 5 às 7 horas (dia e hora local) as emissões da Emissora Nacional. O concerto do sr. Viana da Mota, realizado no teatro D. Maria Pia, de Leiria, ouviu-se perfeitamente, a-pesar-dos muitos "parasitas," o mesmo não acontecendo com o noticiário. A dicção da locutora que transmitiu o noticiário é pouco volumosa e clara; não se entende por falta de nitidez. A do locutor que anunciou a 3.^a parte daquele concerto é mais volumosa, mais clara e expressiva. As emissões dos dias 14, 15 e 16 foram inferiores à do dia 13, quanto à transmissão. Pouco se ouvia e compreendia. A melhor hora para as emissões destinadas ao Oriente é das 19 às 21, hora local, que equivale das 11 às 13 na Metrópole. As referidas emissões foram ouvidas em onda de 30^m,7.

Albino de Oliveira

Do Brasil

Belém—Pará, 10 de Janeiro de 1937

Il.^{mos} Srs. Directores da Emissora Nacional

Saúdações

É com satisfação que informo a V. S.^{as} como tenho escutado as emissões da nossa Emissora Nacional, sempre que abro o receptor procuro saber se a Emissora Nacional anda no ar, no dia de Natal eu comeci a escutar e lá estava a Emissora Nacional a falar para o nosso Império Colonial, eram 16 e 15 de cá, emissão nítida enquanto trabalhou com a antena n.º 2, quando fez a emissão para cá com a antena n.º 1 já não era tão perfeita, sempre ouço Emissora Nacional mas julgo que a n.º 2 é melhor, ontem 9 eu ouvi desde as 19 até 24, é verdade que a emissão para a América do Norte não era nítida como a que era para cá, agora mesmo estou ouvindo a leitura da resposta

que o nosso governo entregou aos de Londres e Paris sobre o recrutamento de voluntários para as falanges nacionalistas da Espanha, as retransmissões do Retiro da Severa são um pouco falhas, também não é sempre, eu informo assim, e como português sinto-me satisfeito por termos uma Emissora que nos traz a palavra de Portugal, e que eu espero dêse espírito empreendedor do sr. Capitão Henrique Galvão e dos seus dignos auxiliares em breve poder ouvir a nossa Emissora Nacional como se fôsse uma Alemã ou Americana.

Peço me perdõem o modo de expressão, mas é de um português que só satisfação sente em ouvir a voz que vem da minha Pátria.

Viva Portugal.

Viva Sua Ex.^a o sr. General Carmona.

Viva o Ex.^{mo} Sr. Dr. Oliveira Salazar.

E um "hipp hurr", ao sr. Capitão Henrique Galvão.

E a todos os seus auxiliares o meu estímulo para que o secundem nos seus esforços.

Celestino da Silva Cativo

Da América do Norte

Janeiro-1-1937

Ex.^{mo} Sr.

Ex.^{mo} Sr. Director da Emissora Nacional tenho mais uma vez a participar-lhe comunicar-lhe como se ouve aqui a estação tenho a participar-lhe que deixaram a Colónia em Hartford no dia 3 do corrente das 6 às 7 horas americanas ser cheia de entusiasmo em também calhar ouvir os fadinhos e como o falar em victofone pois deixei o meu rádio a tocar para a minha família e quem estava presente e fui para outro a abrir o rádio para outro lado aonde tinha muita gente à espera de mim para eu abrir o rádio para tudo ouvir porque a minha casa tem sido o reclame dos nossos irmãos filhos da nossa mãe Pátria aonde ouvimos o *som do nosso lar* na potência de 30 metros e 18 pontos e 9.940 quilociclos estas são as informações que eu envio como todos os nossos irmãos tanto um português como inglês assim como no dia 6 a dar as 7 horas antes de V. S.^a dizer passavam 5 minutos da meia noite fechando o programa com a canção "Quart to nine oclock", ao piano uma própria estação não apanharia melhor do que se ouvia daí ora eu só empenho porque não há um programa que eu perca só trabalhando que eu chegue tarde a minha que eu não possa ouvir da nossa mãe Pátria mas como ao Domingo está tudo fora tudo está à espera para ouvir que a nossa mãe Pátria toque os bons fados do torrão aonde nós pertencemos cada vez temos mais amor porque daí enchem a colónia de entusiasmo. Hello Portugal do North America assim como os Portugueses da Madeira e como dos Açores é como aqui estejam a falar daqui são informações confirmadas não como da Itália que ficou em dúvida dum chamado Rochedo o senhor diga para outra vez se é português ou não. Eu só tenho a participar-lhe que tenho entusiasmado a nossa colónia do Hartford Connecticut a comprar os rádios de "Shorte Wave", para apanhar tudo daí e já até mesmo a companhia me ofereceu um rádio assim mesmo em eu levar tanta gente da nossa mãe Pátria a comprar.

Eu pedia o favor à V. S.^a eu tinha a vontade de ser obtido para daí chamar a colónia de Connecticut toda portuguesa chamando todos e tocando um fado só dedi-

cado à colónia devido às informações que eu me interesse a dar assim como me têm feito dos outros lados não só de Portugal como aí lhe envio uma carta que veio da Itália e muitos mais; queira a V. S.^a avisar pelo ar para a colónia para tudo estar com atenção.

Com isto não enfado.

At.^o Ven.^or e Obg.^o

Sebastião Amaral

345 Broad Strut. Hartford Conn. U. S. A.

“O SUL DE ANGOLA”

Por João de Almeida

2.^a edição

Pela Agência Geral das Colónias foi publicada a segunda edição da monumental obra de João de Almeida, *O Sul de Angola*.

Não só porque há muito se encontrava esgotada como também porque é uma das mais claras e preciosas jóias da nossa literatura colonial—livro que há de ficar na história da Colonização portuguesa como um padrão—o acontecimento não pode deixar de ter o merecido relêvo.

O ANO COLONIAL

(Conclusão da página 11)

embora, ao longe, a procela faça ouvir por vezes os seus ruidos.

Referimo-nos, evidentemente, aos debates internacionais de distribuição... de territórios, de matérias primas, de influências económicas, de excesso de população e outros argumentos que, por vezes, preocupam espíritos ingénuos e astutadiços.

Em todo o caso, há que estar alerta — sem perder a confiança, recordando as palavras que Salazar, no encerramento duma sessão legislativa, teve a propósito: —

«... No meio do desassocêgo geral é bem provável que venha a haver campanhas de imprensa, discursos ameaçadores, longos artigos de jornais e revistas e, depois disso, é também provável que não haja nada. De contrário: — ou se trata de fórmulas jurídicas e é preciso ter razão ou se trata de outras e é preciso ter força. Creio bem que uma e outra nos não faltarão no momento preciso.»

Entretanto continuemos trabalhando, precisamente para mantermos a aludida razão, a indispensável força.

Janeiro 1937

MIMOSO MOREIRA

A PROPÓSITO DE ALGODÃO COLONIAL

—————
POR
JOSÉ BENSÁUDE
—————

NAS Colónias Portuguesas, especialmente na África Oriental e Ocidental, ao lado das plantações de café, algumas ainda abandonadas, estão-se erguendo com vigor vastos campos de algodão. Impossível é descrever os sacrifícios, prejuízos e desgostos a que a cultura de tal produto tem sujeitado os colonos a que ela se têm dedicado. Esforços inúmeros freqüentemente infrutíferos, e milhares de contos sem remuneração têm custado aos particulares a perseverança da sua ideia.

Estamos, no entanto, convictos que ao fim de tantos esforços inglòriamente dispendidos, se achou já a fórmula procurada para o rápido desenvolvimento da sua cultura, com risco mínimo para o colono europeu, e com o máximo de probabilidades de se chegar ao objectivo visado: produção de algodões coloniais portugueses para o abastecimento da Indústria Portuguesa de fiação e tecidos.

O progresso da nossa produção algodoeira colonial, deve ser, a nosso ver, acompanhado aqui por uma protecção ao esforço nacional no ultramar, que o defenda e valorize ao máximo.

Lembramo-nos que a Comissão Reguladora do Comércio de Algodão, além de fornecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros elementos que lhe permita levar os tratados de comércio para o regime de compensações, deveria estabelecer em bases sólidas um conjunto de medidas atinentes a valorizar a nossa produção colonial, e a levar os portugueses de além-mar a apresentar um produto igual que merecesse confiança ao comprador a prazo, ao importador e ao industrial.

Haveria vantagem em que essas bases fòssem perfilhadas pela Bolsa de Mercadorias? Cremos bem que sim.

Por outro lado o intermediário tem tido uma função muito importante na distribuição do algodão, uma vez que o produtor não fornece um produto uniforme e bem classificado — e que os países de origem são distantes dos mercados algodoeiros, consumidoras. Isto em virtude de os industriais não poderem

desviar as suas atenções para mandar classificadores e técnicos aos países produtores.

Durante muito tempo foram os mercantes de Liverpool que classificaram os lotes que lhes eram consignados pelos produtores americanos. Hoje com o grande desenvolvimento da Indústria na Alemanha, Austria, América e Brasil, Liverpool tem perdido o monopólio de facto das classificações e têm sido os governos dos diferentes países produtores, que têm tomado a peito a elaboração, sob os auspícios das Repartições de Agricultura, das Bolsas de Mercadorias e com o auxílio das Alfândegas, dum conjunto de regras no sentido de dar as características necessárias aos seus algodões, a-fim de torná-los de fácil colocação aos seus valores reais.

O desenvolvimento da cultura do algodão depende pois logicamente do igual carinho que o Governo prestar, quer em prole do bem estar e progresso do produtor colonial, quer em benefício do transformador industrial.

A maneira de orientar essa protecção, constituiu a nosso ver a essência do corporativismo nacional bem organizado, visto haver necessidade evidente duma economia perfeitamente planeada, no interesse do produtor, do industrial e do Estado.

Quere-nos parecer que algumas das principais bases do programa a seguir para valorizar com equidade os nossos algodões coloniais, deveriam versar os seguintes importantes pontos: Regulamentar:

- 1.º — Classificação — Qualidades;
- 2.º — Unidades de contracto;
- 3.º — Arbitragens;
- 4.º — Paridades com Liverpool & New York.

Esperamos, pois, que caso a Comissão Reguladora do Comércio de Algodão venha a ser um facto, como supomos, estes pontos importantíssimos serão devidamente ponderados por técnicos algodoeiros sob os auspícios do Ministério das Colónias, para bem dos laboriosos colonos do Ultramar, que à custa da sua tenacidade e coragem estão transformando a nossa economia colonial, a bem do progresso do Império.

EMPREGO DOS COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA

Do sr. engenheiro Fernando Mouta recebemos a carta que a seguir publicamos — a qual responde com o brilho e precisão que são habituais no autor — a outra carta inserta nestas páginas pela Sociedade Agrícola do Cassequel.

Ex.^{mo} SNR. DIRECTOR DA REVISTA
«PORTUGAL COLONIAL»

LISBOA, 5 DE JANEIRO DE 1937

Quiz V. Ex.^a na sua interessantíssima revista (n.º 66-67) publicar, sem que eu o conhecesse, o trabalho apresentado à 1.^a Conferência Económica do Império sobre este título, e que, no número imediato (68), mereceu da Sociedade Agrícola do Cassequel uma carta inserta a pag. 25.

Não pretendendo de modo algum estabelecer polémica sobre este assunto que continua infelizmente a agravar a economia da Colónia, parece-me porém indispensável esclarecer V. Ex.^a e os seus leitores acerca das informações feitas na referida carta.

Assim nela se garante que: «os fundamentos das teorias expendidas pelo Eng.^o Fernando Mouta, foram rebatidas na sua totalidade ou melhor na parte basilar, pela exposição feita pelo nosso Representante nas sessões de 5 e 7 de Julho na 5.^a Comissão, pelo Eng.^o Ferreira Mendes, e pelo Snr. Director dos Serviços Aduaneiros de Angola, e uma outra posteriormente convocada, pelo Presidente do Instituto de Combustíveis».

O trabalho apresentado não traduz teorias do autor sobre os inconvenientes de ordem técnica ou económica de actual mistura carburante (alcoolina) empregada em Angola; o assunto tem sido em todos os países objecto de especializados estudos e discussões.

Os inconvenientes de ordem técnica que se verificam no actual carburante, por razões várias entre as quais certamente as condições da operação da mistura, foram registados e expostos à Secção de Indústria e Minas, em documentos oficiais, por dois Serviços do Estado,

o Departamento Marítimo e o antigo Depósito de Carros, depois do emprêgo de muitos meses de mistura. São ainda os resultados da maior parte, traduzido pelos organismos económicos (cujos Representantes fizeram parte da Comissão nomeada por Portaria do Governador Geral de 13 de Abril de 1935), Sindicato de condutores profissionais, etc.

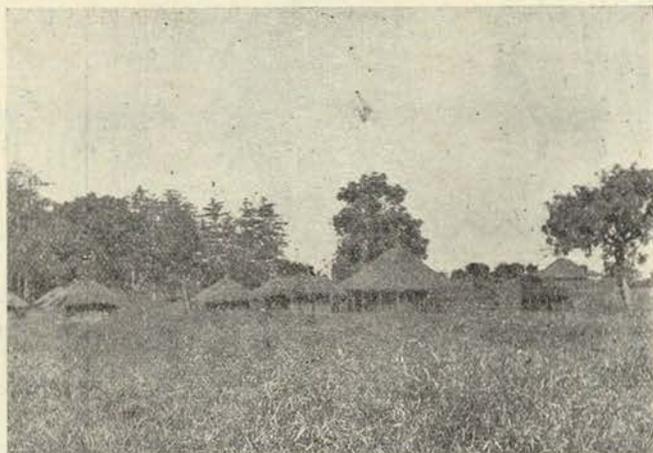
Os argumentos contrários citados pelo Snr. Representante da Sociedade Agrícola do Cassequel, de que havia pessoas em Angola que preferiam a mistura e alguns até, como o Snr. Director dos Serviços de Agricultura afirmando ser menor o consumo com o seu emprêgo, que as viaturas do Depósito de Carros do Estado não trabalharam em idênticas condições, para servir de prova, não convenceram os delegados presentes à sessão como se depreende bem do preâmbulo e projecto do Decreto apresentado pelo Relator, Capitão José Esquível e aprovado depois de aturado estudo.

Os inconvenientes de ordem técnica, que precisam de ser estudados e eliminados, principalmente como o preconizou o Presidente do Instituto de Combustíveis pela operação cuidada da mistura, o que já a Comissão de 13 de Abril de 1935 expuzera no seu relatório a S. Ex.^a o Governador Geral, seriam compensados se outro mais grave não existisse actualmente: o elevado custo da mistura quer pelo preço quer pelo aumento de consumo.

Este aumento de consumo é indiscutível; e é principalmente o depoimento do Presidente do Instituto de Combustíveis, Eng.^o e Professor Herculano de Carvalho, que na carta da Sociedade Agrícola do Cassequel se invoca, que veio confirmar plenamente, que o valor desse aumento de 10%, apresentado no trabalho não deve afastar-se da verdade.

E assim este Engenheiro expôs, conforme se encontra registado na acta da sessão que «os numerosos ensaios realizados pelo Instituto Português de Combustíveis antes da publicação dos decretos 22.050 e 22.051, levaram a indicar no relatório apresentado no Ministério do Comércio, as misturas carburantes a

ANGOLA



Uma povoação indígena
no Chire

base alcool, com percentagem máxima de 20% de alcool; que mesmo nesta proporção se verificava já uma perda de potência de 5% no combustível, valor que cresce rapidamente com mais elevada percentagem de alcool».

É concluído por afirmar que o valor de 10% apresentado no trabalho em discussão, para o aumento de consumo da mistura carburante deveria ser sensivelmente exacto.

O trabalho apresentado à Conferência Económica do Império, não pode levar como se afirma na carta da Sociedade Agrícola do Cassequel «a juízos menos exactos e a estabelecer confusões sobre o alcance da execução dos decretos sobre carburantes coloniais, medidas que o Govão Português tão inteligentemente e patrioticamente promulgou».

Mas a base e o espirito dos mesmos decretos é precisamente, como se pode ler nos preâmbulos «o aproveitamento com tôdas as suas vantagens de um carburante mais barato do que o usado», e êsse resultado não se atingiu em Angola.

Na Colónia o carburante (gasolina) vendia-se desde Setembro de 1933 a Dezembro de 1934 a Ags. 2,50 o litro e a mistura foi fixada em Ags. 3,00 por litro e só ultimamente a Ags. 2,90; para se obter um rendimento equivalente ao anterior, com um dispêndio de Ags. 2,50, é necessário agora dispendir Ags. 3,13, visto o aumento do consumo já indicado.



Não pretendeu nunca o autor destas linhas diminuir o alcance das medidas promulgadas; torna-se porém indispensável atender e remediar os inconvenientes quer de ordem técnica, quer de ordem económica, que indiscutivelmente existem no estado actual do problema.

Por isso êste mereceu da V Comissão (Utensilhagem Colonial) um cuidadoso estudo e bastará a publicação do projecto do decreto e preâmbulo, aprovado pela Conferência para se ver confirmado o que aqui se expôs e a necessidade de se atender aos inconvenientes apontados, quer quanto às condições de mistura, quer quanto ao regime de livre produção, quer ainda quanto ao custo da produção do alcool, base prática do decreto.

A V. Ex.^a Snr. Director, envio separadamente uma cópia do referido projecto de decreto, cuja publicação lhe peço seja feita desde que já o tenham sido também os resultados da 1.^a Conferência Económica do Império.

Muito grato pela publicação destas linhas,

Sou de V. Ex.^a
M.^o At.^o Ven.^{dor} e Obg.^{do},

FERNANDO MOUTA



Página literária

I

SALINAS DE MOURA

RUACANÁ!
ruacaná!...
É o nome
bárbaro

das tribus guerreiras do Humbe, sôa como grito de desespero — apêlo aos deuses invisíveis da solidão brutal — na aridez desoladora daquelas terras de sonho, deserto que reza na alma do *baobab*, solitário e triste, erguido em prece na *chana* arenosa e ardente e infinita — os braços escaldados e nús apontando a angústia milenária de se sentir só...
— Ruacaná!... Ruacaná!...

Velário saúdoso do *branco* ausente, esquecido e longe — como proscrito da lei humana, que morre todos os dias ao morrer do Sol, que acorda ao vendaval de luz, em cada manhã, vivendo o panorama cinzento e confrangedor de evocações distantes...

E a lembrança vai-se esvaindo em nuvens de espuma — musselina transparente e fria — suspensa por sôbre a cachoeira transbordante e tumultuosa, que resvala da penedia abrupta em vasta toalha líquida de cascata branca...

— Ruacaná!... Ruacaná!...

... Parece dizer o ruído desmedido e sonoro, quando o Cunene ressalta com indômito

LONGE...

CONTADO NATAL

///

SEGUNDO PRÉMIO
DO CONCURSO DE

“A PROVÍNCIA DE ANGOLA”

fragôr nos rochedos de gargantas apertados e corre endoído, em rápidos de caudalosa enchurrada, em torrentes ameaçadoras, por entre campos arenosos e frondes ribeirinhas, para prosseguir em leito profundo sua torrente desconhecida...

Ruacaná!...

E o espírito do Homem suspende, pàsmicamente, ante o cenário imponente da Natureza dêsse espectáculo de maravilha!...

II

A *chana* ardia ao reflexo do sol e o horizonte era lústrado de sangue, qual *pochade* violenta de côr, que um pintor alucinado fixasse em gradações fortes.

As *embalas* fortificadas por espêques aguçados, onde flutuavam troféus de presa, como insignias de valor guerreiro, eram nódoas pardas perdidas na distância, pelo aspecto uniforme do *habitat* gentílico...

Quási rasando as nuvens, de tão altos, pairavam milhafres, em vôos de rapina, emquanto ao longe recolhiam milhares de cabeças de gado — em avalanche ondulante de

dorsos vultuosos, que a luz esparsa da tarde morrente tingia de côr única, — com ruídos de cismo destruídor e mugidos lamentosos e intranquillos.

— Há leões nas cercanias...

À porta do Pôsto — casa de pau-a-pique, coberta de colmo — Mário Alberto enche vagarosamente o cachimbo, enquanto aos pés da cadeira de encôsto, uma rapariga *mufulumbe*, cantarola saúdes do *arimo*...

— *Munenjau!* O jantar está pronto?

— *Netchiúé gana!*... e saracoleava o corpo lascivo — estátua de ébano — brilhante de *gunde*, com azougada provocação de fêmea sabida.

— Vai lá, anda! E, de caminho, vê se aparece teu pai...

Novamente Mário Alberto se encontrou só, afundado na cadeira de lona, olhando distraidamente para os longes da *chana* deserta, erriçada de espínheiras, onde apareciam foqueiras acesas nas *embalas* próximas.

Por suas condições de energia e comando, tinha sido escolhido para chefiar o Pôsto de Ruacaná, onde, à parte certa caravana de caçadores ingleses, em busca da *palanca preta*, nunca mais vira branco, havia quasi um ano. E, assim, concentrado por natureza, neurastênizado por largo tempo de África, êle sofria, agora, a ambiência pavorosa daquele isolamento forçado, entre feras e animais bravios de tôdas as espécies e a visinhança falsa de tribus guerreiras...

— Embora!... — pensava. — Sou ainda novo e para o ano já poderei passar o Natal com a família!

E sonhava, então, com a alegria dos pais, com a figura delicada e querida da sua noiva — linda rapariga de vinte anos, que por êle esperava, tôda ansiedade e dedicação!...

Assim meditava Mário Alberto, enquanto acendia o cachimbo, envolvendo de saúdosa ternura certa fotografia, acariciante e bela, — nota suave de vida na mesa tósca carregada de processos, ao fundo do cubículo empedrado e pobre.



Até que enfim!... Arquejante da longa caminhada, o rôsto magro e anguloso, aljofrado de suor, chegara o cipaio que ao Humbe fôra em busca de correio.

Mário Alberto abriu vagarosamente a correspondência vinda. Algumas notas officiais e uma carta que sobressaía pelo volume e ele-

gância do papel — velino azulado de largo formato — trazendo carimbo de Lisboa e endereçada por letra feminina de talhe perfeito.

Êle era de temperamento calmo e gozava com volúpia a espiritualidade amorosa que lhe vinha de longe — novo alento moral, precioso e delicado —, a lembrar-lhe momentos gratos de ternura que a aridez impressionante daquele rincão africano avivava, todos os dias, com as côres alucinantes da saúdade!...

Foi devagar que saboreou aquelas palavras de confôrto, a ansiedade sentimental daquela mulher, que se entregava em cada frase amorosa, em cada palavra de exaltação — que se fazia pequenina e frágil à aproximação do noivado...

No seu egoísmo de homem e de chefe não reparara, ainda, no pobre cipaio, fatigado, mas firme, que, perfilado, esperava ordens.

— Podes ir embora. E diz a *Munénjau* que venha acender a luz.

— Sim, meu Chefe. *Encontrou branco* no caminho, que vinha no Pôsto...

— *Branco?* E não sabes quem é?

— Não, meu Chefe. Parece ser caçador.

Foi com verdadeiro alvoroço que Mário Alberto foi ao encontro do desconhecido — já próximo da casa — que arrastava o passo de fadiga.

— César Braz, caçador profissional, internado durante meses nos matagais d'África, que lhe pede asilo por algumas horas... Amanhã, quando o sol nascer, já estarei longe!

— Mário Alberto de Medeiros — à sua inteira disposição! Folgo imenso em recebê-lo!...

E reparando nos carregadores que transportavam armas e víveres:

— Eh! cipaio! Dá de comer a êsses homens...

Havia batuque no povo visinho.

Retribuindo presentes enviados pelo *soba* — negro com vislumbres de civilização e conhedor da festa do Natal — por Mário Alberto foram mandadas distribuir largas rações de vinho pelos indígenas, que em sinal de regozijo festejavam o chefe *branco* em rasgado batuque de possessos, gingando lubricidades, em meneio de lascivo contorcionismo...

Ao ritmo sincopado dos *xingufos*, ao reflexo do clarão alucinante das fogueiras, os corpos nús e soados dos negros eram bronzes incandescentes no negrume da noite imensa, em que as labaredas subiam ao crepitar das resinas olorosas, torcidas pelo sôpro da aragem mansa, de mistura com os gritos guturais de frenesi medonho e selvático!...

Os imbondeiros eram manchas pardas, gigantescas, no coalho da sombra!...

E o batuque continuava ao *glu glu* da melopeia selvagem, corpos desvairados ardendo ao bafo da volúpia bestial, que o Desejo moldeva em trejeitos de entrega, ao tremor convulso das pernas e dos braços que batiam ritmos ignorados de agitação febril!

Oh! Oh!... Êh! Êh!... e a voz era rouca nas gargantas sêcas... Oh! Oh!... Êh! Êh!... e nas bôcas ansiosas, entreabertas e trêmulas, perpassavam contrações de delírio...

E o batuque continuava ao *glu glu* da melopeia selvagem, agitando corpos em febre — bronzes incandescentes no negrume da noite imensa — acordando nas florestas vizinhas ecos de toada dolente, enquanto era bruxuleante o clarão das fogueiras, que ao longe tinham rolamentos surdos de incêndio!...

À mesa tôca de pinho, coberta de toalha de pano do Congo e comido o último pedaço de leitão assado, dois europeus — momentos antes estranhos — confraternizavam, sob o mesmo teto, uma data simbólica, que o povo cristão vem consagrando há dois mil anos.

Do bico de acetilene jorrava luz titubeante e débil, ressaltando a palidez dos dois solitários convivas, enquanto indiferente à comoção violenta que palpitava em redor, o cipaio servia o ágape, silencioso, talvez com o pensamento no batuque que se houvia lá fora...

— Meu caro senhor. Há três horas apenas que nos conhecemos e, esta, é, talvez, a primeira vez que nos vemos!...

— De facto, assim é... Mas o Mundo é tão pequeno!

— E, contudo, à mesma mesa, bebemos do mesmo vinho... daqui a algumas horas estarei longe, e bem possível é — quem sabe? — que nunca mais nos vejamos...

Tenho quarenta e oito anos e há quasi vinte por cá ando, no amanho do pão nosso de cada dia. Na vida que levo, passam meses que não vou ao litoral. Mas ao Pôsto mais próximo peço a esmola duma pousada de algumas horas, na data consagrada à festa da família...

— E, nesse espaço de tempo, o senhor nunca foi à Metrópole?

— Nunca, meu senhor. Ignorado do Mundo, eu procuro esquecer os momentos bons que também tive, quando era novo. *Recordar é viver?* Não. Muitas vezes, recordar é morrer um pouco...

— Perdôe-me se sou indiscreto: o senhor tem família?

Houve certa pausa de hesitação. E foi constrangido que respondeu, engulindo o chôro que lhe brotava da alma:

— Sim, tenho família. Tenho uma filha linda que me não conhece!... É quasi da sua idade... Diz-me o coração que é linda e não me conhece!... Há muito que morri para o Mundo!...

Mário Alberto respeitou o sêgrêdo daquele homem estranho, curtido de provações, mas duro na sua fisionomia de lutador.

— Ela vai casar! Que seja tão feliz como eu sou desgraçado...

Ondas sonoras de martírio batiam naqueles corações, vibrando a unísono naquela noite pavorosa de tristeza e solidão...

Natal! — Raio de luz rasgando as trevas de sofrimento, sob nevoeiros de lágrimas!... Saúdades!... Anseio de alma que busca amparo, no grande deserto da Vida!...

Natal! — Tréguas a iluminar consciências ao bafo consolador do maior carinho: a família!

Comovido, sentindo por si tôda a tragédia daquele homem — que adivinhava bem maior — Mário Alberto disse com voz trémula:

— Não veja nas minhas palavras um simples brinde — quantas vezes dito por certa obrigação social — Para quê, dizer-lhe que me sinto bem, nesta solidão, com a sua amável companhia? O senhor adivinha, não é verdade?

— Sim. E, pode crêr, é-me grato saber que lhe é agradável a minha assistência, hoje, pelo menos. Somos dois homens com destinos desiguais que, todavia, um mesmo sentimento aproxima...

— O sentimento da família!

— Talvez. E, contudo, eu já não a tenho! Mas também fui feliz... E, há anos que a lembro, com saúde, comovidamente, com a alma distante e o corpo entregue à aridez desértica das *chanas* africanas.

— É muda a linguagem do coração!

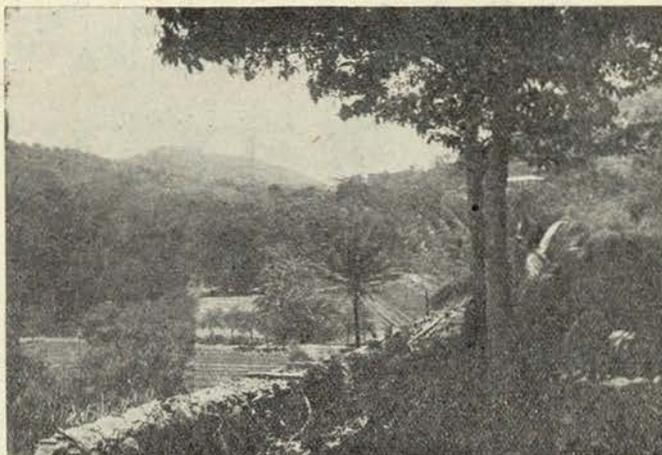
— Lágrimas, meu senhor, que não poucas vezes são de desespero!

— Disse há pouco que tinha uma filha, noiva... Eu também estou para casar...

— Deixe, então, que lhe dê os meus parabéns! Quere a minha desventura que seja feliz...

— Muito grato, por tudo. Permita, agora que brinde pela felicidade de sua filha, senhor

ANGOLA



Um panorama do Trajecto do Caminho de Ferro de Luanda — Malange

Braz, que, como a minha noíva, está longe, em terras benditas de Portugal!...

... O meu egoísmo de homem enamorado, lembra-a com carinho — na suavidade da sua figura gentil e terna — quando quero a felicidade da sua querida filha! Perdôe-me... A vida é assim!

A mão calosa e gretada de César Braz limpou algumas lágrimas rebeldes, que lhe assomaram aos olhos, cansados:

— Muito obrigado, senhor! Muito obrigado...

E, reparando na fotografia que iluminava a mesa pobre, atulhada de papeis, pediu licença para a ver:

— Que ternura! Que fisionomia tão doce a da sua noíva. É linda... É muito linda...

Depois, com um suspiro fundo, enquanto pousava a moldura de prata:

— Faça-a feliz, senhor Medeiros, faça-a feliz que ela bem o merece!

Uma hora depois, ia longe aquele homem estranho, que nos perigos dos matagais de África procurava alívio para sua tortura moral...

Passa da meia noite. Algumas horas depois sôbre a paisagem desértica deve escorrer o

ouro do novo dia, ao reverbero do sol africano — glorioso e ardente...

Mário Alberto sofre, ainda, a intensidade emocional dos momentos passados, pouco antes, ao arrepio da comoção brutal. À roda sente um vácuo inexplicável. Agora o seu isolamento é maior. É mais densa e torturante a recordação dos seus!...

No quarto ao lado, sentada numa esteira e envolta em largos panos lavrados, inconsciente da depressão moral que agitava o *coração do branco*, Munenjau cantarola saúdades do *arimo*, enquanto lá fora o *batuque* continua e entre maciços de arbustos os casais rezam hossanas ao epitalâmio, povoando de gemidos criadores a atmosfera morna daquela noite...



Anos depois, já casado e com filhos, Mário Alberto soube, por acaso, que em certa Noite de Natal, no Pôsto do Ruacaná, recebera a visita do futuro sogro — que por circunstâncias especiais da sua vida privada se homiziara, voluntariamente, no segrêdo da filha e do Mundo.

O velho já não existia...

Luanda, Dezembro de 1936.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

O Ministro das Colónias, recebeu os representantes da Imprensa, aos quais expôs as conclusões e resultados dos trabalhos da Conferência dos Governadores Gerais.

Trinta e cinco decisões gerais foram tomadas que visam principalmente a fiscalização, o equipamento colonial e o problema da troca de produtos entre a Metrópole e as Colónias.

O Ministro resumiu a seguir o objectivo principal dos votos emitidos. Esses votos abrangem:

1.º Os encargos dos preços nos produtos coloniais em vista da desvalorização; esses preços devem de ser fixos, assegurados de forma a conservar o seu nível privilegiado.

2.º O saneamento da produção colonial pela baixa de certos preços de revenda, sem que sejam atingidas as faculdades de compra dos indígenas.

3.º A coordenação no comércio das colónias, visto que é da máxima importância que as nossas possessões de Além-mar mantenham uma relação equitativa entre a produção e a venda.

O sr. Marius Moutet, insistiu na protecção da produção metropolitana nas colónias, e reciprocamente, tomando em conta possibilidades e a variedade de absorvência das populações de Além-mar, principalmente naquilo que diz respeito ao tabaco e aos automóveis.

Além disso, o Ministro anunciou que a Conferência encarava a questão da criação nas colónias de várias cooperativas de produção e de consumo. Terminou o seu discurso, declarando, que empregaria todos os esforços para facilitar rapidamente a organização da produção agrícola, que abrange não só a cultura geral dos produtores locais e regionais, como as matas e a pesca—sem esquecer as pesquisas mineiras.

Os debates da Conferência dos Governadores gerais recaíram sobre os textos dos votos, visto que esses textos serviam de base cómoda às discussões, e porque certas questões dependem das diferentes Repartições ministeriais. É preciso, porém, não nos iludirmos sobre o significado da palavra "votos...". Podemos muito bem pensar que, conforme as deliberações realizadas sobre a presidência do

Ministro, Sua Ex.^a se encarregará de realizar desde já, o programa que acaba de traçar com os seus principais colaboradores da Metrópole e de Além-mar.

O programa sucinto que acaba de ser apresentado permite julgar da importância das conclusões tomadas e dos diversos aspectos que a Conferência ofereceu.

O espírito geral que se desprende dela, é bem aquele que esperávamos. Rejubilamos, muito particularmente, ao ouvir afirmar com a maior autoridade, a necessidade de manter os preços dos produtos coloniais a um preço privilegiado que corresponde ao privilégio concedido às mercadorias metropolitanas de Além-mar.

É certo que é preciso reduzir quanto possível, os preços de revenda dos produtos coloniais. Digamos, no entanto, que no ponto em que eles estão, essa redução não depende em geral, dos produtores e que são sobretudo,

os encargos fiscais, os fretes de transporte, os fretes de embalagem ou de material e os encargos financeiros que será preciso reprimir. Estas ideias estão certamente, nas decisões gerais da Conferência, a respeito da fiscalização e do equipamento colonial. Aplaudimos a organização, a produção agrícola e florestal que pode chegar a ter uma importância capital.

A maior parte do nosso domínio colonial prefere a agricultura—só temos que lamentar a pobreza dos serviços agrícolas que são mais do que insuficientes.

O cuidado com as nossas matas coloniais e as pesquisas mineiras são igualmente importantes. Temo-nos referido tantas vezes às desigualdades que existem entre a riqueza da indústria mineira nas colónias inglesas e belgas da África e o pouco desenvolvimento que esta indústria tomou nos territórios vizinhos.

Quanto às cooperativas de produção e de consumo, por princípio, não somos contrários a essa ideia com muita gente o supõe. Desejamos no entanto, que sejam respeitadas a liberdade e a legalidade que existem nas bases do regime actual.

É evidente que aqueles que fazem parte da cooperação, com os compromissos que esta acarreta, devem lutar especialmente, com os serviços da mesma cooperação—o que não quer dizer, que os outros, não possam disfrutar também, doutras regalias e liberdade. Igualdade

(Conclue na página 28)

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

O problema da repartição das colónias, que nunca conseguiria apresentar-se com fundamentos sólidos no direito existente, foi agitado, desde princípio, como amparo de argumentos apertados—dos quais deviam sair os fundamentos de um novo direito à posse de territórios coloniais.

Primeiro argumento: os excessos demográficos dos países que pretendiam fazer-se impérios coloniais.

Segundo argumento: matérias primas.

O primeiro não resistiu à demonstração—quasi exclusivamente estatística—que os factos do povoamento branco nas colónias lhe opuseram. E ao argumento aconteceu o que acontece às fogueiras de S. João: chamas altas, vibrantes, que abrem largos clarões na escuridão—mas que logo baixam porque a lenha se consome e os pares se cansam de dançar. Pulverizou-se em cinzas. Pode consi-

derar-se liquidado como agente, como força ou como fundamento científico do estabelecimento de um direito novo à posse de territórios coloniais.

Realmente demonstrou-se que a emigração—fenómeno social quantitativo—e a colonização, forma especial, específica da emigração, se moviam em rumos diferentes. E emquanto o elemento quantitativo—o emigrante—se afasta sistematicamente das colónias, onde o meio emigratório está por formar, procurando os países novos em estado adiantado de exploração económica e fortemente investidos de capitais—o elemento qualitativo que é o colono tem que constituir uma massa orientada, dirigida e, muitas vezes custeada pelos Estados, que não pode deixar de ser insignificatíssimo em relação aos números representativos dos excedentes demográficos de um país.

Em resumo: demonstrou-se que as colónias, no estado em que actualmente se encontram, podem receber colonos—o que não resolve o problema demográfico de qualquer país—mas não estão preparadas nem o estarão durante dilatados anos ainda, para receber as correntes de uma emigração maciça.

E o argumento, fortemente batido, nos países de experiência colonial—perdeu a sua virulência. Não revive hoje senão como uma expressão de retórica.

Foi agitado então o segundo argumento—o das matérias primas.

Se bem que a sua maior popularidade—permita-se-me

a expressão—tenha sido alcançada de há dois anos para cá, data verdadeiramente de 1926, ano em que o famoso Dr. Schacht, por ocasião da discussão do Plano Dawes, tentou fazer admitir um projecto de redistribuição de matérias primas por intermédio de companhias majestáticas encorporadas no referido Plano.

Nessa época, a proposta não podia deixar de ser tímida e timidamente apresentada. A Alemanha ainda não tinha manifestado oficialmente, claramente, as suas pretensões quanto à restituição das suas colónias. Só em 1935, durante a Conferência de Londres, a delegação alemã fez o primeiro pedido de restituição—e só em 1935 o Chanceler Hitler declararia que não renunciava aos seus direitos coloniais. E imediatamente alguém esclarecia... que se tratava de "direitos jurídicos," (General van Epp).

É por esta altura que o projecto de redistribuição de matérias primas é retomado e o argumento se lança para desenvolvimento pleno. Simplesmente, já não é apenas um argumento alemão—mas pura e simplesmente uma forma de fazer resvalar para soluções contemporizadoras uma questão que

as declarações do Chanceler estavam arrastando para terrenos inquietantes.

Realmente Hitler declarava não renunciar aos seus direitos coloniais—direitos jurídicos. E se bem que nenhuma outra declaração expressa tivesse sido feita então, o termo "jurídico," permitia compreender que o Chefe do Estado alemão se referia às suas antigas colónias—e não às colónias de qualquer outro país. E o seu discurso de há dias demonstrou que tinham razão aqueles que assim pensavam.

O problema da redistribuição das colónias não se punha, por consequência, conforme as ideias piramidais de Lloyd George—que achava muito bem... uma vez que a Inglaterra não tivesse que ceder, na redistribuição, uma légua que fôsse das colónias que administrava sob mandato. Todos nos recordamos quanto o destrambelhado político inglês era partidário de uma redistribuição feita à custa da Holanda, Portugal e Bélgica.

A Alemanha não renunciava aos seus direitos coloniais—mas entendia que esses direitos apenas diziam res-

Colónias e matérias primas

Do "Diário da Manhã,"
de 5 de Fevereiro de 1937

PORTUGAL COLONIAL

peito às suas antigas colónias. Esta era a questão que se ia arrastando para terrenos inquietantes.

O problema da repartição das colónias era, então, segundo o sr. Lowers, do Instituto Colonial Internacional, susceptível de se encaminhar para quatro soluções:

- a) — Restituição à Alemanha das suas antigas colónias;
- b) — Redistribuição geral das colónias;
- c) — Generalização do regime de mandatos;
- d) — Extensão a todas as colónias do regime de porta aberta.

Verificada a dificuldade de pôr em prática as três primeiras julgou encontrar-se nas facilidades aparentemente encontradas na última a solução ideal. E com ela ganha relevo novamente o argumento das matérias primas.

Mas como dissemos: não já como um argumento alemão porque a Alemanha encontra nos seus "direitos jurídicos" proclamados os argumentos de que carece para fazer valer as suas preleensões—mas como uma derivante daqueles a quem a primeira solução não convém e que não podendo impor a segunda e a terceira, entendiam libertar-se de dificuldades, fabricando uma solução nova em volta da distribuição das matérias primas—primeira fase das ideias que conduziram à solução do regime de porta aberta em todas as colónias.

Expostas assim brevemente as generalidades da questão, veremos num artigo seguinte o valor e as possibilidades do argumento e da solução.

E creio que veremos que o argumento não vale mais do que o dos excessos demográficos—isto é: que se comporta como outra fogueira de S. João; e que a solução é tão impraticável ou perigosa como as mais que o sr. Lowers apresentou.

HENRIQUE GALVÃO

• • •

Livros e Publicações

A Província de Angola — Número especial do Natal.

A *Província de Angola* que é, sob muitos pontos de vista, o melhor diário que se publica nas colónias, editou como nos anos anteriores, um número especial do Natal que honra não, só a sua administração, como também as artes gráficas de Angola.

Indústria Portuguesa—Número especial.

Anuário Estatístico de Angola 1935.

Boletim do Instituto Nacional de Estatística.

La Quinzaine Coloniale.

Boletim Económico e Estatístico da Colónia de Moçambique.

Estatística Comercial de Angola (1932).

L'Essor Colonial et Maritime.

Boletim da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda.

Boletim mensal da Direcção Geral de Estatística.

Os fins da Conferência dos governadores

(Conclusão da página 26)

nos cargos oficiais, como nas vantagens oferecidas pelo poder público, entre o comércio e os produtores por um lado e as cooperações por outro. Além de que, não seria negar a própria utilidade dessas cooperações pretender para elas um estatuto de favor?

Claro está, que tudo isto, são castelos no ar. Só devemos julgar única e simplesmente, o texto dos votos—e aqui, renovamos o nosso. Que as conclusões dessa Conferência eminente, dessa reunião dos chefes do nosso Império de Além-mar, sejam brevemente publicadas.

A Inglaterra, com a sua grande e poderosa democracia, não hesitou em pôr à vista do público, os resultados adquiridos em quanto duraram as reuniões similares.

Novas greves nas colónias

É um pouco paradoxal, que no mesmo instante em que o Governo se preocupa em cuidar da legislação do trabalho e em melhorar as suas condições de existência, os operários façam greve. O momento pareceu-lhes oportuno para pedir aumento de salários. Sentem que o Governo os ampara: que até lhes tolera as reivindicações excessivas e que não quer empregar a força, para fazer respeitar a ordem e a liberdade de trabalho. Muitos abusam. É humano. Embora, procedem contra o interesse geral, contra o seu próprio interesse, até. E a agitação mantida e explorada pelos dirigentes ansiosos de prepararem um estado de espírito revolucionário, compromete a obra daqueles que sinceramente, se interessam pelos trabalhadores.

As mesmas influências se exercem nos territórios de Além-mar. Não há necessidade de insistir sobre a coincidência das greves que rebentaram ao mesmo tempo em diversos pontos do nosso Império, com os acontecimentos na Metrópole.

O exemplo é imitado, não somente na África do Norte, mas também nas colónias. Depois do conflito de Pondichéry e a desgraçada tentativa que todos conhecem, tem-se manifestado greves sucessivas nas Antilhas, na Reunion, em Madagascar e na Indochina.

Considerando bem as coisas é certo que a sua importância e densidade são fracas, embora, é preciso não esquecer, que a indústria ainda está pouco desenvolvida nas colónias. As consequências podem ser funestas. A administração tem feito, em geral, prova do maior sangue frio e calma. Fora os distúrbios de Pondichéry, não houve, que se saiba, sangue derramado.

A posição do Governo numa colónia, em presença duma greve, na hora actual, é muito delicada, isso sabemos-lo bem. O Governo, aqui, considera-se tutor dos indígenas. Por isso, compreende-se que o Governo intervenha nos conflitos por processos pacíficos.

Onde principia o perigo para uma colónia, é a partir do momento em que os operários indígenas têm a impressão de que o Governo lhes impõe uma arbitragem a seu favor; e que cede, por medo a maiores complicações ou que manifesta o seu acôrdo sobre as reivindicações presentes.

Este número foi visado pela Comissão de Censura

110

estranheiro

Informação sobre o mercado algodoeiro internacional

Fevereiro de 1937

Egipto.—A procura muito activa que reinou nestes últimos tempos, principalmente por parte do Extremo Oriente, succedeu uma certa acalmia. Há sempre uma pequena corrente de negócios com os diversos centros têxteis, mas a sua importância diminuiu bastante, pois a indústria de fição bem abastecida para o momento, não se importa de aguardar algum tempo, na expectativa do desenvolvimento da política algodoeira de Washington, que se deve definir brevemente.

A-pesar-de serem boas as condições actuais do mercado, não cremos numa acentuação da alta para o momento, não sendo no entanto de temer, também, grandes baixas, porque a indústria de fição aproveitar-se-á de todo o recuo de preços para completar os seus fornecimentos. Pode acontecer mesmo que assistamos a uma forte reacção em virtude das vendas em fixação do interior.

É difícil formular actualmente uma opinião sobre o futuro imediato dos preços, pois tudo depende da orientação imprimida ao algodão americano que por seu lado se acha sujeito também às directivas da política algodoeira de Washington.

A média das vendas diárias tem oscilado por 3.300 fardos, se bem que por exemplo as vendas em 22 de Janeiro tivessem atingido 4.600 fardos.

Americano.—Temos a assinalar um período de extrema apatia. As operações limitaram-se a liquidações especulativas e os contratos foram continuamente absorvidos pela indústria. Tem-se repetido inúmeras vezes que a venda dum parte importante do *stock* governamental poderia ter como consequência uma maior firmeza nos preços, dada a necessidade indispensável que a indústria de fição tem de se abastecer. Um factor que milita contra a acentuação da alta é precisamente a incerteza que reina quanto aos preços aos quais o Governo tenciona liquidar o seu *stock*.

Admite-se em geral que no ano passado as liberações governamentais de algodão criaram a sua própria procura, o que quer dizer que se o algodão em poder do Governo não tivesse sido liberado, o consumo teria sido relativamente muito menor. Pensamos, por isso, que a-pesar-da qualidade inferior que parece distinguir o *stock* em questão, o Governo estimularia o consumo a um grau maior, liberando esse algodão.

Outros factores independentes do mercado de algodão tiveram influência nos preços—sobretudo as greves marítimas e da indústria de automóveis dos E. U., as quais se espera se solucionem dentro em breve.

Corre ainda que se pensa em aumentar a área cultivável de algodão nos E. U., de 10 a 15 0/0—o que pode-

ria vir comprometer as previsões de alta que o grande consumo deste ano e a posição estatística do artigo, legitimam. A-pesar-dos E. U. tenderem actualmente ao regime de liberdade absoluta de produção, é de prever, porém, que antes disso e para evitar a situação resultante dum aumento da área cultivável, o Presidente Roosevelt que se acha investido de todos os poderes necessários para agir, impeça, pelo menos, em parte, a prática desse projecto.

Após esta situação solucionada, todas as restrições quanto à liberdade de produção seriam levantadas.

Por outro lado, é impossível prever ainda, por ser demasiado cedo, qual a influência que terão sobre os preços, as desastrosas inundações que últimamente têm assolado os E. U.

As colações do disponível eram em 28 de Janeiro p.º de 13,13, e em 4 de Fevereiro de 13,25 (colações de fecho) donde se pode inferir que os preços se têm conservado estacionários.

NOVIDADE LITERÁRIA

O NOVO ROMANCE DE

Henrique Galvão

“O SOL DOS TRÓPICOS”

(ROMANCE COLONIAL)

Os povos, a paisagem, a vida na Serra da Chela. O romance de um europeu perdido na serra e refeito pelo Sol dos Trópicos.

300 páginas, edição primorosa da
Livraria Popular de Francisco Franco

Pedidos ao editor: LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO

Travessa de S. Domingos

LISBOA

Chá Li-Cungo

Qualidade Extra-fino

Companhia da Zambézia

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês Política de valores

NOVAMENTE insistimos por uma política de formação de valores coloniais. Não os valores fabricados por adjectivos da Imprensa, porque dêsses temos séries, filhas das mesmas parangonas e dos mesmos clichés fotográficos—mas os valores que se afirmam pelas obras, pelo estudo e pelos trabalhos que vão realizando.

A política que não confunde as cousas pessoais com o interesse público; a política que escolhe homens superiores, pelo menos, às tendências das suas inferioridades pessoais; a política em que a inveja dá lugar ao reconhecimento do valor.

Somos poucos—sempre fomos poucos.

É necessário que sejamos bons—ou que não deixemos de aproveitar inteiramente os bons.

É isso não se consegue enquanto houver, no mecanismo, gente que afasta os que valem ou porque os inveja, ou porque os teme—ou porque, pura e simplesmente, não simpatiza com eles.

Se é legítimo que uma Política afaste os políticos contrários—não é legítimo, nem razoável, nem inteligente que não se realize uma Política que seleccione, apure, utilize e ampare os valores efectivos.

Somos poucos.

Os poucos que somos têm, em tôdas as circunstâncias provado bem—isto é: têm sabido multiplicar-se. Mas isso não acontecerá numa circunstância nova em que sistemáticamente, de entre os poucos, se eliminem alguns bons.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Foi mandada prorrogar até um ano, a inspecção de que foi incumbido nas colónias da Guiné e Cabo Verde o inspector superior da Fazenda das Colónias, sr. António Cabral de Oliveira e Castro.

• A Companhia Eastern Telegraph enviou ao Ministério das Colónias a importância de 34.864,84 dólares, para liquidação das taxas telegráficas de trânsito, de Cabo Verde, relativas ao primeiro trimestre de 1936.

• Foi estabelecida, a título provisório e até que se faça a reforma geral dos vencimentos dos funcionários ou empregados civis e militares da colónia, uma gratificação especial mensal de 250\$ aos primeiros sargentos e de 200\$ aos segundos sargentos servindo em comissão, nos termos do decreto n.º 13.309, de 23 de Março do ano corrente, na colónia de Cabo Verde.

Guiné

A Guiné portuguesa exportou em Outubro último, as seguintes quantidades de oleaginosas: Amendoa de palma, 200.200 quilos; amendoim, 1.571.697 quilos; óleo de palma, de fabrico mecânico, 62.248 quilos; de fabrico indígena, 13.214 quilos.

• Foram reconduzidos para exercerem os seus cargos durante o próximo ano, os actuais vogais efectivos e suplentes do Conselho de Inspecção de Produtos de Exportação da Guiné.

• Vai ser encarregado do estudo das obras do porto de Bissau, o sr. engenheiro Esquível Teixeira Duarte, que construiu o porto de Vila Real de Santo António.

• O "Boletim Oficial", da colónia da Guiné publicou um diploma legislativo mandando abrir um crédito para pagamento da "quota parte distribuída à colónia para remuneração do pessoal da Repartição de Contabilidade do Ministério das Colónias, por trabalhos executados fora das horas normais do serviço, nos termos do decreto n.º 26.677,."

• Entrou em vigor na Guiné a nova tabela de emolumentos a cobrar pelas repartições públicas, suas dependências, administrações do concelho, circunscrições civis e comissões municipais.

• Foram ordenados estudos para a construção duma ponte-cais no pôrto de Bissau, na Guiné portuguesa.

• O governo da colónia da Guiné aprovou e pôs em execução o regulamento interno do Conselho de Inspeção de produtos de exportação da Guiné.

S. Tomé e Príncipe

A Arcada forneceu-nos uma nota informando que na ilha de S. Tomé existem 140 quilómetros de linhas telefónicas, não incluindo as de carácter particular que ligam a cidade com algumas roças.

• Foi mandada avisar a navegação que voltou a funcionar a boia número "dois", na ilha de S. Tomé.

• A colónia de S. Tomé vai adquirir vário material destinado à montagem de estações radiotelegráficas ali a criar.

Angola

Foi mandado fazer em Angola um inquérito acêrca das actividades realizadas no valor económico obtido, pelos exclusivos já concedidos, da exploração de produtos espontâneos das matas do Estado.

• Foi criada a circunscrição de Camacupa, satisfazendo uma antiga aspiração.

• Foram restabelecidas as comunicações radiotelegráficas das Estações de Mossamedes e Baía dos Tigres, Angola.

• A Missão hidrográfica que se instalou em Angola, a bordo do navio *Beira*, já iniciou os trabalhos do levantamento da carta hidrográfica do pôrto de Luanda, tendo na ponte do Departamento de Marinha levantamento o marégrafo destinado às suas observações técnicas.

• Durante o ano económico de 1937 são reduzidos de noventa por cento as imposições aduaneiras que tiverem de ser cobradas no enclave de Cabinda por virtude da aplicação do decreto n.º 19.773, de 27 de Maio de 1931.

Os direitos aduaneiros que, nos termos do mesmo decreto, devem ser liquidados e pagos em escudos, libras ou dólares continuarão a ser, em todos os casos, liquidados nos termos dessa disposição referidos, mas serão pagos na moeda corrente na colónia, ao câmbio do dia, sempre que respeitarem a gasolina, óleos minerais e petróleo.

• Foram isentos do pagamento de contribuição predial, durante quatro anos, em Angola, os prédios cuja construção tiver sido começada e concluída dentro do ano económico de 1937.

• Foi autorizado o governador da colónia de Angola a abrir um crédito especial de 320.000,00, destinado à conclusão da construção do Laboratório Central de Patologia Veterinária e aos vencimentos do funcionário técnico que deve prestar serviço no referido laboratório.

• Na baía das salinas de S. Nicolau, no distrito de Mossamedes, foi instalada uma nova fábrica de farinhas e de óleos de peixe, com a capacidade de produção mensal de 80 toneladas.

• Vai ser construído em Benguela um grande edifício composto de três corpos ligados entre si, com um total de frente de 31 metros destinado à Associação Comercial do Planalto de Benguela.

• Segundo comunicação recebida de Angola foi já feita, pelas diversas regiões da colónia, a distribuição das sementes de algodão aos indígenas, sendo em grande parte

essas sementes distribuídas no distrito do Congo aos agricultores europeus e indígenas, a fim de ali se promover uma intensa campanha algodoeira.

• Para Angola foram mandados adquirir no Brasil 500 quilos de sementes de algodão "miocé.". Para a América e no Egipto, foram pedidas também alguns centos de quilos de variedades de sementes de outros algodões.

• As despesas do conselho administrativo do pôrto do Lobito, no ano económico de 1937, foram fixadas na quantia de 3.980.509,38 angolares e ao seu pagamento são aplicadas somente as receitas cobradas próprias do mesmo conselho.

• Pela Junta de Defesa da Produção e do Comércio de Angola, foram elaboradas bases para a concessão de exclusivos em Angola, determinando que as licenças para exclusivos de compra, extracção ou aproveitamento de produtos vegetais só podem recair sobre produtos de origem espontânea, abandonados e inexplorados, por forma a determinar-se a exploração das riquezas inaproveitadas da colónia. Podem também ser considerados os exclusivos que se refiram a produtos cultivados pelos indígenas e que necessitem de capital e de protecção especial para o seu aproveitamento.

• Em Maio devem começar as obras para a construção do novo edifício onde ficará instalado o Consulado Geral da Inglaterra, em Luanda.

A fim de dirigir as obras, deve seguir de Londres um arquitecto, sendo o restante pessoal recrutado em Angola.

• Foi concedida permissão à Companhia Geral de Angola para importar, temporariamente, a sacaria necessária ao acondicionamento de coconote e o sal que se exporte pelas alfândegas do Lobito e de Mossamedes.

• Pelo Governo Geral de Angola foram mandados distribuir aos indígenas das diversas províncias da colónia, sementes seleccionadas de algodão, arroz, milho e trigo, no intuito de se promover o desenvolvimento destas culturas.

O mesmo Governo vai adquirir alfaías agrícolas para distribuir gratuitamente aos indígenas que maior cultivo fizeram de algodão e desses cereais.

Também encarregou vários técnicos de agricultura para ensinarem os indígenas ao cultivo dos mencionados produtos.

• Foram extintas as escolas oficiais que funcionavam em Angola e criadas, em substituição, escolas elementares profissionais agrícolas-pecuárias; criadas mais oito escolas de ensino primário geral em Calulo, Nova Sintra, Andulo, Talanca (Huilla), Longonjo, Babaera, Cassai Sul e Vila Nova de Seles.

• Está a ser elaborado o projecto definitivo do Liceu de Luanda, cuja construção custará 7.000 contos.

• Foi contratado com o Cofre de Previdência de Luanda um empréstimo de 300 contos destinado à instalação de luz eléctrica no Amboim.

• Vai ser aberto concurso em Angola para a admissão de cinco parteiras, onze enfermeiras e enfermeiros e 12 enfermeiros auxiliares.

• Segundo comunicação recebida de Angola, sabe-se que os agricultores de Amboim sofreram grandes prejuízos, em muitos milhares de cafeeiros, em plena produção, devido à desarborização das áreas plantadas.

• O Governo Geral de Angola aprovou o orçamento de receita e despesa para o corrente ano, do organismo denominado "Junta de Defesa da Produção e do Comércio.", cujo volume é de 1.300.000 angolares. A receita provém da aplicação de taxas de inspecção sobre produtos de exportação e em trânsito cobradas pelos serviços aduaneiros e cobrança efectuada directamente pela Junta.

Nas despesas figuram, entre outras verbas, 30.000 angolares para o funcionamento de câmaras de expurgo de cereais e respectivo pessoal; mais 499.400 angolares para expurgo de produtos de exportação; 72.000 angolares para aquisição e distribuição de sementes de arroz; 8.000 angolares para material agrícola; e várias gratificações a capatazes e auxiliares trabalhando em brigadas—algodoeira do Quanza Sul, cafeicola no Uíge, de plantações de tabaco em Ambaca, apicultura nos Bundas e Minungo, pomicultura em Sá da Bandeira, etc.

❖ Foi concedida permissão à firma comercial Loureiro, Limitada, da praça de Benguela, para importar, temporariamente, de qualquer origem e pelas alfândegas do Lobito e Benguela, a sacaria necessária ao acondicionamento do milho que exporte pelas referidas casas fiscais.

❖ Acaba de ser concluída a câmara de expurgo em Pôrto Amboim, destinada a beneficiar os géneros coloniais a exportar por aquela região para a metrópole e estrangeiro.

❖ Foi aprovado o projecto e respectivo orçamento para a construção, na Ganda, Angola, de um hospital para europeus, cuja construção deve iniciar-se brevemente.

❖ Já se encontra em Luanda o técnico encarregado da montagem da rede eléctrica subterrânea e o material respectivo. A Câmara Municipal abriu um concurso para a instalação de luz nas ruas da cidade.

❖ Segundo comunicação recebida de Angola, o consumo de bebidas alcoólicas naquela cidade foi de 2.000 contos em 1935 em relação ao de 1934.

❖ Foi determinado que durante o corrente ano continuem a cobrar-se em Angola o adicional de 50 por cento sobre as taxas anuais de contribuição industrial consignadas na tabela geral dos industriais, sujeita a licença pelo exercício da sua indústria, aprovada pelo diploma legislativo n.º 180, de 8 de Setembro de 1926 ou constantes de diploma posteriormente promulgado.

❖ No Bailunde, vai ser construída uma capela, que terá como padroeira Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

❖ Segundo notícias de Angola, a África Equatorial Francesa voltou a importar grandes quantidades de gado daquela colónia.

❖ Vai ser regulamentada a exportação de trigo em Angola, incidindo sobre ela a taxa de 1 centavo, destinada ao pagamento das despesas a fazer com o expurgo obrigatório dêsse cereal.

❖ Foi publicado um diploma, que regulamenta, em Angola, os transportes em automóveis pesados.

❖ O Governo determinou que os fornecimentos a serviços públicos de Angola de quaisquer mercadorias, géneros, medicamentos, apósitos, vacinas, drogas, instrumentos cirúrgicos e utensílios de farmácia, sempre que devam importar em quantia superior a 20.000 angolares, serão feitos por meio de concurso público, em que, até uma diferença de preço de dez por cento e em condições satisfatórias no que respeita a qualidade, terão preferência os fornecedores de produtos nacionais.

❖ Foi mantido, para o ano económico corrente, o imposto especial de 1,5 por cento "ad valorem", e de 3,00 por tonelada, a cobrar nas casas fiscais da colónia, respectivamente sobre o café e sobre o milho exportados de Angola.

❖ Foi aprovado o projecto de construção de dois bairros no Lobito, um para europeus e outro para indígenas, devendo as casas possuir todos os requisitos de higiene.

❖ Vão ser remodeladas as tabelas da contribuição industrial em Angola e estabelecidas Juntas de Repartido-

res para o lançamento da referida contribuição, de maneira a tornar êsse imposto equitativo.

❖ Foi autorizado o Governo Geral de Angola a abrir um crédito de 80.000 angolares para custear as despesas a realizar com as melhorias e melhoramentos necessários para restabelecer o "plano inclinado", e oficinas navais que existem na Ilha de Luanda, pertencentes à Marinha privativa de Angola.

❖ Segundo comunicação recebida de Angola encontram-se concluídos os estudos relativos à irrigação da região do Cavaco, bem como os trabalhos de cadastro dos respectivos terrenos. A irrigação será feita pela captação de água por meio de albufeiras, ou na captação da corrente do Rio Catumbela, mas ao que parece, o que vai ser desde já pôsto em prática é a electrificação de todo o Vale do Cavaco, cuja energia será fornecida pela Companhia Eléctrica de Lobito e Benguela.

❖ Foi montada no Bié uma instalação de café para tratamento do café arábico, produto da região.

❖ Segundo comunicação recebida de Angola, foi criada na província de Bié a circunscrição de Camacupa.

❖ Vão seguir da Metrópole para Nova Lisboa algumas irmãs hospitalares, para servirem no Dispensário de puericultura e para instalar ali um colégio de ensino primário com carácter religioso.

❖ Segundo a estatística recebida do Lobito, verifica-se que por êste pôrto durante os últimos dez meses do ano findo foram exportados 64.610.080 quilos de produtos contra 24.037.329 em igual período de 1935, pois só café foram exportados 223.655 quilos.

❖ Foi determinado que durante o corrente ano se mantenha em Angola a cobrança do aumento de 60 por cento que, por virtude do artigo 19.º da postura ministerial de 28 de Junho de 1932, recai sobre os impostos de produção e consumo que incidem respectivamente sobre os trabalhos manipulados na Colónia e os importados de qualquer procedência pelas casas fiscais de Angola.

Qualquer reclame impresso, litografado, destinado a ser metido ou distribuído com maços de cigarros, ou charutos, deve ser selado com uma estampilha fiscal de 0,10.

Moçambique

Foi aumentado com mais dois aspirantes o quadro dos funcionários administrativos da colónia de Moçambique, fixado no artigo 8.º do decreto n.º 24-621, de 31 de Outubro de 1934.

❖ O Governo Geral da colónia de Moçambique publicou um diploma autorizando as direcções provinciais de fazenda a permular vales postais de serviço, no interior da colónia (parte administrada pelo Estado), mesmo quando destinados a particulares, para liquidação de contas ou facturas relativas a fornecimentos ou serviços prestados ao Estado.

❖ A fim de se iniciar a grande obra de reconstrução de estradas em Moçambique, para o que foi destinada uma importante verba do orçamento, foi aberto o primeiro concurso público para arrematação de empreitadas de pavimentação das estradas de Lourenço Marques a Marracuene e Manhica e daquela cidade a Boane. A base de licitação é de 6.082.160\$00.

❖ A "Beira Railway Company" fez uma emissão ao par de 2.000.000 libras de "5 0/10 First Debenture Stock", com o fim principal de resgatar ou converter as libras 771.200 em "Debentures", de 6 1/2 0/10 ainda em circulação. O novo papel iniciou as operações numa base dum prémio de 2 3/4 0/10—3 1/4 0/10.

(Anglo-Portuguese C. O. Bank Ltd.).

Em vários pontos da colónia de Moçambique foram constituídas brigadas encarregadas de fazerem o parcelamento de zonas de colonização e de procederem aos levantamentos de terrenos em litígio entre europeus e indígenas.

Segundo notícias recebidas de Moçambique, a Estação Agrícola de Umbeluzi foi de novo assolada por uma praga de ratos que causaram ali grandes prejuízos. Foram mortos alguns milhares daqueles roedores.

Notícias de Moçambique dizem ter sido reduzido para metade o Imposto de Salvação Pública que era descontado nos vencimentos do funcionalismo público desta colónia.

Foram estabelecidos os seguintes impostos a cobrar da produção mineira de ouro:

Produção não superior a 200 onças de ouro fino, um por cento, aumentando em um por cento por cada 200 onças adicionais até 1.000 onças; além de 1.000 onças, mas não excedendo 2.000 onças, seis por cento; além de 2.000 onças sete e meio por cento.

Foi aprovado o projecto para a captação e abastecimento de água potável à capital da província do Niassa, Nampula.

A água será captada do rio Nonapo.

Nampula, que tem desenvolvido ultimamente muito a sua agricultura, expediu no primeiro semestre do ano findo, cerca de 3.000 toneladas de gergelim, amendoim, copra, cera e outros produtos.

Só um agricultor, na última colheita, obteve 50.000 quilos de batatas e outros estão dedicando-se à cultura do arroz.

Foram encerradas as estações telégrafo-postais de Mael e Mucôjo, na colónia de Moçambique.

Foi reforçada com a quantia de 140 contos, a dotação destinada aos encargos com a Missão Hidrográfica que, presente, opera em Moçambique.

O Conselho do Governo de Moçambique reconheceu ser de tódia a urgência a construcção do caminho de ferro de Tete, cujos estudos têm sido realizados nos últimos dois anos.

No ano findo entraram no pôrto de Lourenço Marques mil navios, mais 45 do que no ano anterior, e 117 do que em 1934. Foi o maior número atingido até hoje por este florescente pôrto nacional na costa oriental de África.

O orçamento da Comissão de assistência pública, de Moçambique, recentemente publicado, apresenta um saldo de quarenta contos, usando uma despesa de 4.637 contos.

Nos Territórios da Companhia de Moçambique, a "Inyamings Petroleum", segundo comunicação recebida, continua procedendo a aturadas pesquisas naqueles territórios, no intuito de encontrar petróleo, tendo o primeiro furo atingido 6.000 pés.

Foram recrutados na colónia de Moçambique para as Minas do Rand 10.000 indígenas.

Em algumas regiões da colónia de Moçambique, devido às pesquisas que se têm feito, foram encontrados alguns jazigos de sal.

O serviço postal aéreo da União Sul-Africana estende-se já a tódas as colónias vizinhas. Pode, assim, viajar-se com tódia a comodidade entre Lourenço Marques e Winduk, capital do Sudoeste Africano.

A Companhia Imperial Airways propõe-se estabelecer carreiras aéreas postais entre a metrópole e a nossa colónia de Moçambique.

A "Inhaminga Petroleum (1934, Ltd.)", foi autorizada a montar e explorar uma linha telefónica entre o lo-

cal das pesquisas a que está procedendo na circumscrição de Inhaminga e a povoação deste nome.

O Governo Geral de Moçambique aprovou o projecto e o orçamento, na importância de 1.498.500\$00, para a construcção de um edificio destinado a maternidade e dispensário para indígenas no Hospital Central Miguel Bombarda, e autorizada a sua execução.

O governo da Rodésia está a negociar com a Companhia de Moçambique o estabelecimento de um frigorífico na Beira, destinado a exportação de frutas e carnes.

Foi estabelecido o serviço de encomendas postais ordinárias, nas estações telégrafo-postais de Ribané e Cuamba, na província do Niassa.

Foram iniciadas as obras de defesa da praia do Chinde. Para consolidação das areias, já foram colocadas, ali, cerca de 4.000 estacas.

Foi feita a encomenda de dois aviões tipo "Dragon Rapide", à De Havilland, cuja aquisição foi autorizada pelo último parecer do Conselho de Aeronáutica da Colónia, que se pronunciou, após discussão, favoravelmente aos aviões daquele tipo.

A Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, aguarda que seja publicado o regulamento de navegação aérea, para poder iniciar os seus serviços aéreos regulares.

Acaba de organizar-se em Lourenço Marques uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, denominada "Casa dos Trabalhadores", que tem por fim adquirir por compra ou fazer construir na referida cidade um edificio destinado a sede de associações de instrução, beneficência, propaganda e classe, geridas por operários.

A "Casa dos Trabalhadores da Colónia de Moçambique", tem por objecto promover o progresso moral, intelectual e físico dos sócios, fortalecer a união e mútua solidariedade dos trabalhadores e auxiliar uns e outros na defesa e realização dos seus interesses económicos e morais.

Na colónia de Moçambique foram anulados todos os conhecimentos existentes nas diversas recebedorias de fazenda e respeitantes a taxas militar aos coloniais, até o ano de 1924, inclusive, por se terem considerado incobri-veis.

A Associação Comercial da colónia de Moçambique oficiou ao governador geral solicitando a abolição do imposto de salvação pública "que — disse — tanto vem reduzir o poder de compra da maioria dos consumidores representada pelo funcionalismo. Justifica-a a actual situação financeira da colónia e o exemplo dado pela metrópole, que deve ser extensivo às suas colónias numa igualdade de regalias a todos, que todos são servidores do Império.."

Pedi também para ser regulamentado o horário de trabalho local, o descanso semanal e para se reconsiderar na extinção da Banda de música de Lourenço Marques, recentemente decretada.

Segundo a estatística enviada pelo Governo de Moçambique ao Ministério das Colónias relativa ao 1.º semestre de 1936, a importação nacional foi de 3.721.014\$04 e do estrangeiro de 16.149.320\$58 (libras 8.440-09-08), e a exportação foi de 106.620\$65 e libras 12.612-09-08. A reexportação atingiu 24.682\$62 e libras 7.540-09-00.

Vai ser publicado um novo regulamento da contribuição industrial na colónia de Moçambique. Por este diploma acaba-se nas capitais de província com as licenças de comércio geral, visto não ser justo nem equitativo que se concentrem em três verbas únicas, inúmeras actividades comerciais, resultando assim, tanto pagar o grande como o pequeno comerciante, passando a estabelecer-se o comércio por especialidades nas referidas capitais.

• Vai ser criada uma estação anti-malária em Lourenço Marques, que funcionará sob a orientação e supervisão da Direcção dos Serviços de Saúde de Moçambique. Tanto naquela cidade como na colónia será promovida a propagação anti-malária junto da população escolar e indígena.

Serão distribuídos sais de quinino e outros medicamentos anti-palustres. Todos estes serviços estão a cargo de uma comissão de representantes dos organismos interessados na referida obra sanitária.

• Os serviços públicos da província de Moçambique caracterizam-se pela pontualidade na publicação dos seus relatórios e as suas estatísticas podem apontar-se como das mais actualizadas do Império Colonial Português.

O relatório dos Correios e Telégrafos de Moçambique, referente a 1935, agora publicado, confirma mais uma vez o que acima dizemos.

As comunicações postais e telegráficas são um índice da actividade económica.

O movimento destes serviços na colónia de Moçambique acusa um importante e acentuado desenvolvimento como se mostra pelos elucidativos gráficos comparativos incluídos no relatório, donde extraímos os seguintes dados:

Correspondências permutadas — Em 1925, 4.087.247; em 1935, 5.726.690.

Correspondências registadas — Em 1925, 241.191; em 1935, 256.164.

Correspondências sujeitas a embólso — Em 1925, 4.161 (75.570\$50); em 1935, 16.888 (1.201.920\$37).

Encomendas postais — Em 1925, 40.565; em 1935, 70.618.

Encomendas sujeitas a embólso — Em 1925, 9.210 (289.254\$50); em 1935, 1.698 (2.469.501\$44).

Vales emitidos e pagos — Em 1925, 12.131 (7.424.690\$13); em 1935, 49.345 (47.697.265\$75).

Emissão telegráfica — Em 1925, 506.240; em 1935, 735.066.

Transportes postais por via aérea (via União e via Rodésia) — Em 1925, 190 kg.; em 1935, 470 kg.

Serviços telefónicos (chamadas) — Em 1925, 775.082; em 1935, 1.087.169.

O relatório salienta ainda que a Central Telefónica de Lourenço Marques não tem já números vagos, sendo preciso em virtude das requisições feitas, elevar a capacidade da estação, que é de 1.000 números, para 1.500.

A concluir, mais esta nota elucidativa.

As receitas no ano de 1935 foram as seguintes: Telegráficas, 1.478.447\$70; rádio-telegráficas, 1.001.705\$72; telefónicas, 1.012.950\$69 esc.

• O conselho do governo de Moçambique conheceu duma proposta que dá aos enfermeiros e indígenas que prestam serviço nas gafarias dos Serviços de Saúde da colónia (a exemplo do que se faz com os funcionários da mesma categoria que desempenham as suas funções no combate à doença do sono), gratificações mensais de 500\$ e 300\$00.

• No "Boletim Oficial," de Moçambique foi publicada uma portaria que autoriza o presidente da direcção do Montepio Oficial de Moçambique, ou o vice-presidente, quando em exercício, a acumular esse cargo com o de gerente, recebendo a gratificação de 2.500\$00 mensais.

• A Companhia de Moçambique propôs ao Ministério das Colónias a criação de uma taxa de \$50, por litro, sobre o alcohol produzido nos seus territórios e destinado ao fabrico de perfumes.

• Os madeirenses residentes em Lourenço Marques convocaram uma reunião na "Casa da Metrópole," de Lourenço Marques, para conhecimento e discussão das bases em que deve ser fundada a "Casa da Madeira," em

Lourenço Marques e a orientação que lhe devem dar os interessados. Foi nomeada uma comissão para corporalizar a iniciativa.

• A Câmara Municipal de Lourenço Marques encarregou um dos seus vogais de elaborar um projecto de organização e funcionamento da Repartição de propaganda municipal com objectivos turísticos.

• O governo geral desta colónia extinguiu a povoação de lamurrime, na circunscrição de Mossuril, distrito de Moçambique, província do Niassa, criada em Julho de 1922, ficando contudo mantida a reserva da respectiva área para estabelecimento de uma gafaria.

• Uma portaria publicada no "Boletim Oficial," de Moçambique, mandou reservar para o Estado e entrar à Repartição Técnica de Veterinária um terreno com a área de 7.760 hectares, situado em terras das circunscrições de Magude, Guijá e Bilene.

• Foi autorizado o governador geral de Moçambique a abrir no corrente ano económico, o crédito especial da importância de 2.000.000\$72 para liquidação à Companhia Nacional de Navegação dos subsídios devidos nos termos do decreto n.º 12.438, de 7 de Outubro de 1926, e do decreto-lei n.º 27.268, de 24 de Novembro de 1936, correspondente ao período desde Julho de 1934 a Dezembro de 1936.

Índia

Foi anulada, por ilegalmente promulgada, a portaria n.º 2.526, do governo geral do Estado da Índia, que permitia o abono de passagens em 2.ª classe do caminho de ferro aos cabos e soldados europeus.

• Vão ser construídas novas linhas telegráficas na Índia portuguesa, a fim de ligar as principais localidades deste estado com as sedes dos respectivos governos.

• O diário de Nova Goa «Heraldo», informou que «já está na Velha Cidade, trazida da Itália, a estátua do Sagrado Coração de Jesus, oferta generosa de um devoto, que vai ser erigida ali brevemente».

• A indispensabilidade de condicionar a importação do arroz às necessidades do consumo, sem prejuízo da orizicultura local e do consumidor, tem levado o governo da Índia Portuguesa a promulgar vários diplomas. Considerando, que os comerciantes e industriais do Distrito de Damão, ou como tal inscritos pela Delegação da C. F. A. I., não se integraram no espírito da lei e da disciplina, preferindo abandonar as posições adquiridas e deixando de fazer quaisquer requisições do arroz nacional, perante a Delegação do citado organismo officioso, foi publicada uma portaria determinando que o arroz respeitante à produção no Distrito de Damão durante o ano de 1936 e manifestado para venda durante o ano de 1937, nos termos do Diploma Legislativo n.º 819, de 20-9-1935, e Regulamento aprovado por Portaria Provincial n.º 2.483, de 22-10-1935, somente poderá ser transaccionado pelos respectivos produtores durante o corrente ano de 1937 com as seguintes entidades:

Delegação da C. F. A. I.; comerciantes ou industriais inscritos no Distrito de Goa, nos limites das autorizações aos mesmos concedidas pela C. F. A. I.; com os retalhistas estabelecidos no Distrito de Damão que não tenham figurado como comerciantes por grosso ou industriais inscritos na Delegação da C. F. A. I.

• O governo do Estado da Índia autorizou a Câmara Municipal de Salcete a contrair com a Caixa Económica Postal um empréstimo de Rps. 150.000, a juros de 3 1/2 % ao ano, para ser amortizado em vinte e cinco prestações anuais.

❖ O governo da Índia aprovou que se dispendessem 16.624 rupias em melhoramentos na secção de radiologia do Hospital Central de Nova Goa; e outras dotações para reparações no edifício do quartel de policia de Damão, muralha do baluarte novo esta da mesma praça e na estrada nacional em Damão Grande.

❖ Foi indicado para representar o Estado da Índia na Conferência de Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças no Oriente, a realizar em Java, em Fevereiro corrente, o sr. coronel médico Germano Correia, professor da Escola Médica de Nova Goa.

❖ Foi aprovado o projecto e respectivo orçamento, na importância de 11.865:00:00 rupias para a instalação dos Serviços de Radiologia, anexo ao Hospital Central da Índia.

❖ Vão ser alteradas várias disposições do actual regulamento de ensino primário do Estado da Índia.

❖ Foram registados na repartição competente, por Narayandas Girdhardas, 3 jazigos de óxido de ferro e manganês, nos sítios de "Cot,, em Pirla de Sanguém; no sítio de "Visnozem Simemol Tolligot,, em Nortoli de Sanguém; e no sítio de "Moulá,, em Naquali de Sanguém (Índia Portuguesa).

❖ Vai ser submetida novamente ao Conselho do Império Colonial, para êste emitir o seu parecer, a Reforma da Escola Médica de Goa.

❖ Foi autorizado o Conselho de Administração dos Serviços Autónomos da Navegação Fluvial a conceder pelo prazo de 3 anos, a exploração da passagem entre a Piedade e Velha Goa, com embarcações de propulsão mecânica, por meio de concurso público e mediante licitação verbal.

❖ Segundo comunicação recebida da Índia, a Comissão de Melhoramentos de Mormugão montou ali 2 postos, um de onda curta para o serviço internacional e outro de onda média para o serviço de navegação.

Macau

Foi anulada, por ilegalmente promulgada, a portaria n.º 2.036 do "Boletim Oficial,, de Macau, que determina que a colónia de Macau seja declarada o "terminus,, da linha aérea Pan-American Airways e pôrto de entrada e saída dos aviões da mesma linha, com o fundamento de que só poderia ser publicada depois de assinado o respectivo acôrdo.

❖ O serviço de viação urbana de Macau vai ser melhorado consideravelmente com o estabelecimento de carros "jirinhas,, tipo usado em Shangai e em Swatow.

❖ O governo de Timor mandou adquirir 500 tubos

de vacina anti-variola e outras vacinas para o parque vacinogénico da colónia.

❖ Por notícias recebidas de Macau sabe-se que uma companhia de navegação aérea chinesa vai brevemente ligar a nossa colónia de Macau às suas carreiras.

❖ Foi anulada a portaria n.º 2.216 do governo da colónia de Macau, que introduz um aditamento ao n.º 8.º do artigo 196.º do regulamento geral da política, relativo a continências a prestar a funcionários do quadro administrativo.

❖ O Leal Senado de Macau, pediu uma concessão de terreno no pôrto exterior, para a construção dum reservatório de água para o abastecimento de água potável à referida colónia.

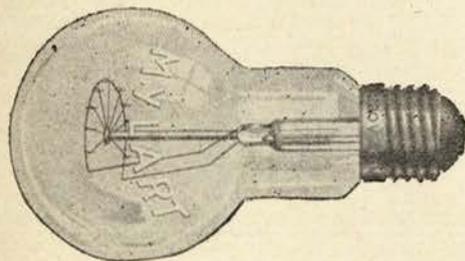
Timor

Para a Imprensa Nacional de Timor foi adquirido vário material tipográfico e maquinismos.

O T T O S G R A F I C A

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÊNEROS

CONDE BARÃO, 50
L I S B O A
TELEFONE: 2 3 7 7 5



MYLART

**A mais económica
e resistente**

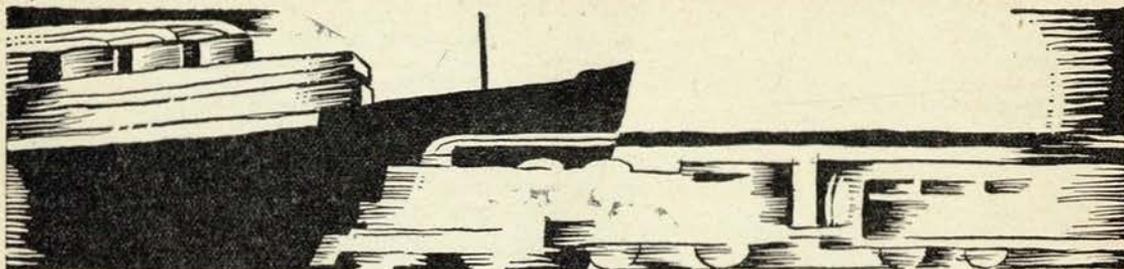
DISTRIBUIDORES:

NO SUL:

EMPRESA COMERCIAL MYLART
Calçada de Santos, 19

NO NORTE:

SOUSA, VALENTE & C.ª, LT.DA
R. Sá da Bandeira, 116



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	Índice números-médios			Índice-número						
		1933	1934	1935	1935 Novembro	1936					
						Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Lisboa (cidade)..	100	1.304	1.303	1.275	1.136	1.147	1.464	1.575	1.548	1.379	1.595

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1935
		15 de Janeiro	15 de Dezembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	35\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	25\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	17\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	—
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	40\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	40\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	38\$00
Café do Cazengo (de 2. ^a).....	»	120\$00	36\$00
Coconote.....	»	33\$00	17\$50
Copra.....	»	42\$00	19\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(d) 35\$00
Rícino.....	»	27\$00	20\$00
Gergelim.....	»	34\$00	20\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	6\$50
Cera.....	»	16\$00	11\$00
Cola.....	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho.....	»	\$94	—
Coiros.....	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Outubro de 1936

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	539,366	14,669,393	2,916,433	—	8,773,087	2,104,399
Banco N. Ultramarino (Sede)	11,223,365	5,083,876	220,786,765	—	181,918,045	129,345,833

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Novembro de 1936

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Novembro	Janeiro a Novembro	Novembro	Janeiro a Novembro
Reexportação :				
Cacau	1,187,950	11,949,079	3,698,415\$00	28,392,886\$00
Café	1,559,677	6,544,267	3,755,811\$00	14,911,293\$00
Cera	116,786	1,075,056	1,234,847\$00	11,186,520\$00
Ricino	88,291	1,628,063	87,657\$00	1,503,722\$00
Sisal	403,539	1,107,619	551,057\$00	1,544,581\$00
Outras mercadorias	1,358,196	16,147,844	1,140,252\$00	11,688,498\$00
Total	4,714,439	38,451,928	10,468,039\$00	69,227,500\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	3,521	3,594,492	85,000\$00	7,678,900\$00
Cera	—	266,428	—	2,534,900\$00
Milho em grão	82,017	17,156,812	41,000\$00	7,449,400\$00
Ricino	—	295,556	—	304,820\$00
Sisal	—	2,864,293	—	5,496,890\$00
Outras mercadorias	1,237	3,226,877	3,100\$00	3,120,700\$00
Total	86,775	27,404,458	129,100\$00	26,585,610\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Novembro de 1936

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	554,525	7.178	3.712.498	—	—	—
Açúcar	24 672,448	—	—	31,550,280	—	—
Café	4,321,932	43,785	—	325	247,996	56,275
Trigo em grão	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto	782,997	25,732	147,479	103,813	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	1,599,326	—	—	2,297,336	—	—
Sementes oleaginosas não incluindo o mendobi	5,818,481	1,248,390	11,479,915	1,205,726	5,231,381	—
Milho	12,391,182	—	—	1,602,368	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	3,613	315	791	12,171	209	1,517
» da Madeira (decalitros)	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros)	420,295	16,533	68,524	482,901	39,335	17,247
» » brancos (decalitros)	95,865	3,654	12,755	388,896	5,267	2,487
» licorosos (decalitros)	4,141	572	302	4,255	52	12,239
Azeite de oliveira quilos	379,036	41,144	43,420	490,720	26,732	22,415
Conservas de vegetais quilos	60,146	1,170	4,744	79,495	3,074	4,462
Conservas de sardinha	25,644	—	22,006	169,569	5,816	10,889
Conservas de peixe não especificado	—	—	—	—	—	—
Cortiça em rolhas	466	—	—	4,036	—	136

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1936		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 Novembro 1936		15 Dezembro 1936	
						C.	V.	C.	V.
280\$00	103\$00	1-6-1936	1935	L. 6\$00	Agrícola das Neves	185\$00	191\$00	278\$50	280\$00
260\$00	99\$00	23-3-1936	1935	L. 6\$00	Agricultura Colonial (Soc.)	180\$00	205\$00	250\$00	270\$00
605\$00	370\$00	12-10-1936	1.º-1936	L. 8\$00	Açúcar de Angola	386\$00	605\$00	384\$00	386\$00
155\$00	53\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror	105\$00	120\$00	154\$00	157\$00
27\$00	13\$00	—	1927	—	Cabinda	—	27\$00	22\$00	23\$00
49\$00	28\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150,000 1.ª Em.	35\$00	38\$50	47\$50	47\$90
46\$00	27\$50	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150,001 a 300,000 2.ª Em.	—	36\$00	—	46\$50
21\$00	15\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação	20\$00	21\$00	—	19\$00
190\$00	197\$00	20-4-1936	1935	L. 12\$00	Ilha do Príncipe	390\$00	400\$00	483\$00	488\$00
24\$00	11\$80	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25	20\$80	22\$50	23\$00	24\$00

“O MUNDO PORTUGUÊS”

EDIÇÃO DA AGÊNCIA
GERAL DAS COLÓNIAS
E DO SECRETARIADO
DA PROPAGANDA NA-
CIONAL

GRANDE REVISTA
DE ARTE E LITERA-
TURA COLONIAIS

TODOS DEVEM
LER

“O MUNDO PORTUGUÊS”

DIRECTOR:
AUGUSTO CUNHA

TELEFONES { 2 0651
 { 2 0652

REDACÇÃO:
RUA DA PRATA, 34
LISBOA

"Portugal Colonial," SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NO INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO-RAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

NÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

TODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSACÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

NÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÊLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

SE QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCREVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

TUDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

SE PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

PARA A EXPANSÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E ISEMPÇÃO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

TODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6500 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA "PORTUGAL COLONIAL," — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4255 — TELEGRAMAS "MINERVA,".

FÁBRICA DAS ANTAS

S. A. R. L.

FUNDADA EM 1895

Rua da Vigorosa, 654—PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 972

AS MAIORES INSTALAÇÕES DO PAÍS PARA O FABRICO DE ARAME FARPADO E REDE DE ARAME PARA VEDAÇÕES

Malhas de Ferro para cimento armado e estuques.—Pregaria de arame, polida ou zincada, para construções.—Pregaria, cravinhos e cardas para calçado e outros usos.—Parafusos com rosca para madeira, em ferro e latão

OS SEUS PRODUTOS IMPÕEM-SE PELO SEU ESMERADO FABRICO E EMBALAGEM

DEPOSITOS no Norte do País : AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CHAVES, COIMBRA, FIGUEIRA DA FOZ, GUIMARÃES, OLIVEIRA DE AZEMEIS, OVAR E VISEU

Agências nas ilhas adjacentes e colónias portuguesas :

BEIRA	ANGOLA	CABO VERDE	MADEIRA	AÇORES
C. MOÇAMBIQUE	Raul Lelo	Abilio A. Martins	Leonel G. Luiz, L. ^{da}	Viriato M. Pereira
Afonso H. d'Almeida	Caixa Postal 147 Telefone 137	Caixa Postal 35	R. Queimada de Baixo, 24 Caixa Postal 79	R. Marquês da Praia, 12 PONTA DELGADA
Caixa Postal 244	LUANDA	S. VICENTE — CABO VERDE	FUNCHAL — MADEIRA	S. MIGUEL — AÇORES

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

Serviço de carga e passageiros

CARREIRA RÁPIDA DA COSTA ORIENTAL

Saídas de Lisboa no 2.º sábado de cada mês, pelas 12 horas, com escala por:

Funchal, S. Tomé, Sazaire, Loanda, Lôrto Amboim, Lobito, Mossâmedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique, e para os demais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeito a baldeação em Loanda ou Lourenço Marques

CARREIRA RÁPIDA DA COSTA OCIDENTAL

Saídas de Lisboa no 3.º sábado de cada mês, pelas 12 horas, com escala por:

S. Vicente, Praia, Príncipe, S. Tomé, Ambriz Loanda, Lôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito e Benguela e demais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação em Loanda

CARREIRA DA GUINÉ

Saídas de Lisboa de 40 em 40 dias, pelas 12 horas, com escala por:

Funchal, S. Vicente, Praia, Bissau e Bolama

ESCRITÓRIOS

LISBOA — Rua Instituto Virgílio Machado, 14, à Rua da Alfândega — Telefone 2 0052
PÓRTO — Rua do Infante D. Henrique, Telefone 2342

“PORTUGAL COLONIAL”

TEM DEVIDAMENTE MONTADOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE PROCURADORIA E AGÊNCIA AO DISPOR DOS SEUS LEITORES, ANUNCIANTES E ASSINANTES.

OS SERVIÇOS DE PROCURADORIA ENCARREGAM-SE DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS LEITORES DA REVISTA RESIDENTES NA PROVÍNCIA OU NAS COLÓNIAS LHES QUEIRAM CONFIAR.

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Brevemente

*A sair nos primeiros dias de
Março em edição da LIVRARIA
POPULAR DE FRANCISCO FRANCO*

ANGOLA (PARA UMA NOVA POLÍTICA)

OBRA EM CINCO VOLUMES

POR

HENRIQUE GALVÃO



- 1.º VOLUME {
- Fisionomia do Passado; aspectos do Presente.
 - Da ocupação Administrativa.
 - Da ocupação Técnica.
 - Do povoamento Europeu.



PEDIDOS A *LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO*
RUA BARROS QUEIROZ LISBOA